

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

KAIO RANGEL DA SILVA DIAS

**ESTV 1ª EDIÇÃO, *É A GENTE COM VOCÊ*: ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA DA
VARIAÇÃO PRONOMINAL DE PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL EM JORNAL
TELEVISIONADO**

VITÓRIA

2021

KAIO RANGEL DA SILVA DIAS

**ESTV 1ª EDIÇÃO, É A GENTE COM VOCÊ: ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA DA
VARIAÇÃO PRONOMINAL DE PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL EM JORNAL
TELEVISIONADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* em Linguística, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Lilian Coutinho Yacovenco.

VITÓRIA

2021

KAIO RANGEL DA SILVA DIAS

**ESTV 1ª EDIÇÃO, É A GENTE COM VOCÊ: ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA DA
VARIAÇÃO PRONOMINAL DE PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL EM JORNAL
TELEVISIONADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* em Linguística, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para aprovação no Exame de Qualificação do mestrado em Estudos Linguísticos.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª. Drª Lilian Coutinho Yacovenco
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora e Presidente da Comissão

Profª. Drª. Leila Maria Tesch
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinadora Interna.

Profª. Drª. Shirley Eliany Rocha Mattos
Universidade Estadual de Goiás
Examinadora Externa

Profª. Drª Maria Marta Pereira Scherre
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinadora suplente Interna

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

R196e Rangel da Silva Dias, Kaio, 1997-
ESTV 1ª Edição, É a gente com você : Análise
Sociolinguística da Variação Pronominal de Primeira Pessoa do
Plural em Jornal Televisado / Kaio Rangel da Silva Dias. -
2021.
89 f.

Orientadora: Lilian Coutinho Yacovenco.
Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Variação Linguística. 2. Alternância Pronominal. 3.
Telejornal. 4. Estilística. 5. Audience Design. I. Coutinho
Yacovenco, Lilian. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

RESUMO

Neste trabalho, tem-se por objetivos a descrição e a análise do fenômeno da alternância pronominal *nós/a gente* no telejornal ESTV 1ª edição, exibido diariamente, entre 11h45 e 13h, no Espírito Santo, pela TV Gazeta, emissora filiada à Rede Globo. Para isso, utiliza-se como perspectiva teórica a Sociolinguística Variacionista, cujo pressuposto fundamental é de que a variação é parte constituinte do sistema linguístico, sendo a ele inerente e passível de descrição e análise. Os dados utilizados para este estudo foram gravados do próprio telejornal e são constituídos por 47 gravações (27 episódios completos e 20 situações de entrevista no estúdio), codificados para posterior quantificação por meio do *software* GoldvarbX (SANKOFF; TAGLAMONTE; SMITH 2005) e análise de cunho quali-quantitativo. Os fatores analisados foram *papel social* do falante, o *sexo* do falante, a *sequência discursiva*, o *tópico discursivo*, a *função sintática*, o *interlocutor*, o *tempo verbal* e a *saliência fônica* – nos casos de *sujeito* – de todos os contextos com ocorrência dos pronomes em questão. Os resultados, no contexto do telejornal estudado, evidenciam, em consonância com estudos anteriores relativos à fala de Vitória - ES 68,0% de frequência de uso de *a gente* - forma inovadora - em oposição a 32,0 % de uso de *nós* - forma canônica. A partir dos 3986 dados analisados, destaca-se que **i**) os locutores que mais favorecem o uso de *a gente* são os jornalistas âncoras, responsáveis pela apresentação do telejornal, e os que mais desfavorecem são os entrevistados, ao passo que os repórteres de rua parecem não favorecer nem desfavorecer a ocorrência de *a gente*; **ii**) as mulheres são as que mais se destacam em relação ao uso da forma pronominal inovadora; **iii**) a função sintática com maior número de ocorrências é a de *sujeito*, e que mais favorece *a gente* é a de *objeto indireto*; **iv**) os casos de pretérito imperfeito e de presente ambíguo são os que mais favorecem o uso da forma inovadora, ao passo que o presente menos ambíguo se comporta de forma neutra e os casos de pretérito perfeito menos ambíguos apresentam comportamento menos favorável ao *a gente*; **v**) as sequências discursivas internas – aquelas cujos participantes se encontram no estúdio – são as que mais favorecem o uso da forma canônica, em oposição as sequências produzidas em situações em que pelo menos um dos falantes se encontra fora do estúdio –, em que predomina *a gente*; e **vi**) os interlocutores *políticos* e *pessoas públicas* são os que favorecem o uso de *a gente* no contexto estudado.

Palavras-chave: Sociolinguística Variacionista; alternância pronominal de 1ª pessoa do plural; telejornalismo capixaba/local.

ABSTRACT

*In this assignment, the goals and main ideas are to describe and analyze the phenomenon of the pronominal alternation *nós* and *a gente* (we / us) in the speech of the participants in the ESTV 1st edition newscast, shown daily, around 11:45 A.M to 1:00 P.M, in the metropolitan region of Grande Vitória - ES, for TV Gazeta, a broadcaster affiliated with Rede Globo. In this regard, Variationist Sociolinguistics is used as a theoretical perspective, based on the actual use of language by speakers, based on the idea that variation is a constituent part of the linguistic system, being inherent to it and, therefore, possible to find a description and analyze. The data used for this study was recorded from the newscast itself and it consists of 47 audio videos recordings (27 full episodes / 20 interview situations in the studio), coded for further quantification using the GoldvarbX software (SANKOFF; TAGLAMONTE; SMITH 2005) and analysis of quali-quantitative nature. To quantify the data, the GoldvarbX program (SANKOFF; TAGLAMONTE; SMITH 2005) was used, and the factors analyzed were the speaker's social role, the speaker's gender, the discursive sequence, the discursive topic, the syntactic function, the interlocutor, the verbal tense and the phonic salience - in the case of a subject - from all contexts with the occurrence of the pronouns in question. The results show, in line with previous studies related to the speech of Vitória - ES, in the context of the television news studied, 68.0% of frequency of use of the innovative form as opposed to 32.0% of use of the canonical form. From the 3986 data analyzed, it is highlighted that i) the announcers who most favor the use of *us* are the anchor journalists, responsible for the presentation of the newscast, and those who are most disadvantaged are the interviewees, while the street reporters, do not seem to favor or disadvantage the occurrence of *people*; ii) women are the ones that stand out the most in relation to the use of the innovative pronominal form; iii) the syntactic function with the highest number of occurrences is the one about "subject", and that favors *us* most is that of indirect object; iv) the cases of past imperfect (*used to*) and ambiguous present are those that most favor the use of the innovative form, whereas the less ambiguous present behaves in a neutral way and the less ambiguous past tense cases present less favorable behavior to "*a gente*" (*we*); v) the internal discursive sequences are the ones that most favor the use of the canonical form, as opposed to the external sequences, in which *people* predominate; and vi) political interlocutors and public people are those who favor the use of *people* in the context studied.*

Keywords: *Variationist Sociolinguistics; 1st person plural pronoun alternation; capixaba/
local TV journalism.*

LISTA DE ABREVIATURAS

GT – Gramática Tradicional

PB – Português brasileiro

PortVix - Projeto “O Português falado na cidade de Vitória-ES”

1 PP – Primeira pessoa do plural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA TRANSFORMAÇÃO DO A GENTE E DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA	11
2.1 A VARIAÇÃO PRONOMINAL E O TRATAMENTO PELA GRAMÁTICA TRADICIONAL	12
2.2 ALGUNS ESTUDOS DA VARIAÇÃO PRONOMINAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO..	14
2.2.1 Omena (1986).....	14
2.2.2 Lopes (2003)	15
2.2.3 Mendonça (2010)	17
2.2.4 Foeger (2014)	18
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA	21
3.1 A SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA	21
3.2 CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA	29
3.3 VARIÁVEL DEPENDENTE	30
3.4 VARIÁVEIS INDEPENDENTES	31
3.4.1 Papel social (âncora, repórter de rua ou entrevistado)	32
3.4.2 Sexo.....	33
3.4.3 Sequências discursivas	35
3.4.4 Tópico discursivo	38
3.4.5 Função sintática.....	39
3.4.6 Interlocutores.....	41
3.4.7 Tempo verbal e saliência fônica.....	43
4 O TELEJORNALISMO E A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA: A REPRESENTATIVIDADE EM CENA	45
4.1 70 ANOS DO TELEJORNALISMO NO BRASIL	45
4.2 TELEJORNALISMO LOCAL NO BRASIL E A IMPRENSA CAPIXABA.....	54
4.3 APROXIMAÇÃO E A BUSCA PELO RECONHECIMENTO COM O PÚBLICO TELESPECTADOR.....	60
5 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	67
5.1 O FENÔMENO DA ALTERNÂNCIA PRONOMINAL	67
5.1.1 Papel social (âncora, repórter de rua ou entrevistado)	69
5.1.2 Tempo verbal e Saliência Fônica	70
5.1.3 Sequências discursivas	73
5.1.4 Sexo.....	75
5.1.5 Tópico discursivo	76
5.1.6 Interlocutores.....	77
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

1 INTRODUÇÃO

Entre as formas para designação, no português brasileiro (PB), da expressão de primeira pessoa do plural (1PP), como diversos estudos vêm apontando nas últimas décadas (FOEGER, 2014; LOPES, 2003; MENDONÇA, 2010; OMENA, 1986), constam o *nós* – forma canônica do quadro pronominal da língua – e o *a gente* – forma inovadora. Conforme propõem Weinreich, Labov e Herzog (2006), a heterogeneidade da língua é ordenada e passível de sistematização, uma vez que é não-aleatória, mas, sim, extremamente regular, afetada tanto por fatores linguísticos como sociais. Sendo assim, pela ótica da Sociolinguística Variacionista, propõe-se aqui um estudo da alternância pronominal na fala dos participantes do ESTV 1ª edição, um telejornal transmitido diariamente, na hora do almoço no Espírito Santo pela TV Gazeta, emissora filiada à Rede Globo de Produções.

Este estudo se justifica pelo fato de que, como aponta o jornalista e linguista Allan Bell (1991, p. 84-85), a linguagem da mídia é moldada e modificada por várias mãos, de modo que todas as histórias contadas e construídas por meios midiáticos são constituídas por pontos de vista, por valores, por estruturas e convenções diversas que podem e devem ser analisados. Sendo assim, o autor destaca o papel que o público/plateia/audiência pode exercer sobre esses canais de contato em massa, principalmente os televisivos, em relação à linguagem da mídia, em relação aos estilos linguísticos e, também, à variação linguística.

Considerando o fato de que a variação de primeira pessoa do plural já foi estudada e mapeada na cidade de Vitória, por Mendonça (2010), e em regiões próximas, como na região de Santa Leopoldina, por Foeger (2014), o presente estudo visa colaborar com a descrição do funcionamento dos pronomes de 1PP, agora, com foco no papel da mídia e em função dos locutores, do sexo/gênero dos falantes, das sequências e tópicos discursivos e de seus telespectadores. Em outras palavras, o presente estudo visa a desenhar como os participantes do telejornal (jornalistas âncoras, repórteres e entrevistados) se comportam em relação à variável e, mais do que isso, como esses sujeitos se adaptam em relação a seus interlocutores nas diversas situações comunicativas gravadas para a realização desta pesquisa.

Tem-se por hipótese, assim, que um dos aspectos mais relevantes para a variação em foco no contexto do telejornal seja o interlocutor, ou seja, os jornalistas (âncoras e repórteres de rua), profissionais entrevistados (cidadãos comuns, pessoas públicas e políticos). Apesar disso, é sabido que outros elementos podem agir de modo interacional para condicionar o uso de *nós*

ou de *a gente*, como tópico discursivo (tema) e as sequências discursivas. Espera-se encontrar, nos dados desta pesquisa, um percentual geral de uso semelhante aos dos de Mendonça (2010), uma vez que há um nível de similaridade considerável entre os dados gravados em entrevista e os dados coletados do jornal, tendo em vista o fato de que, em ambos os casos, os participantes têm consciência de que estão sendo gravados – embora a entrevista sociolinguística seja um contexto mais próximo ao vernacular do que a participação em um telejornal, o que se pretende demonstrar por meio dos dados.

O *corpus* analisado é composto por 27 gravações de 30 minutos a 1 hora e 20 minutos, exibidas no intervalo de 17 de junho de 2019 a 13 de junho de 2020. Além disso, com vista à obtenção de maior simetria quantitativa possível em relação às sequências discursivas, foram gravados todos os casos de entrevista no estúdio no ano de 2018 – num total de doze entrevistas, sendo 05 delas com candidatos ao governo do estado do Espírito Santo nas eleições daquele ano, com duração de 05 a 20 minutos – e todos os casos de entrevista no estúdio no ano de 2019 – totalizando 08 entrevistas, contando com os casos que já contemplavam as gravações completas.

Feita essa apresentação da pesquisa, neste tópico introdutório, apresentam-se a seguir os passos seguidos em relação à organização de cada tópico desta dissertação. No capítulo 2, são expostas as discussões relativas à alternância pronominal no quadro do PB, de modo a serem evidenciados alguns estudos já desenvolvidos e a traçar o desenho dessa variação de acordo com o que já se sabe quanto ao fenômeno linguístico.

No capítulo 3, encontra-se a fundamentação teórico-metodológica, de modo a serem apresentados os detalhes acerca da realização da pesquisa, bem como aspectos inerentes ao embasamento deste estudo. Além disso, nessa seção, são apresentados os pontos relativos à constituição da amostra, da gravação dos áudios, da codificação e dos grupos de fatores elencados.

No quarto capítulo, é desenvolvida uma breve discussão referente ao percurso do telejornalismo no Brasil e no Espírito Santo. Nesse tópico, então, destacam-se aspectos como os 70 anos do telejornalismo no Brasil, desde a chegada da TV ao país; o histórico da imprensa no território capixaba; e, por fim, a representatividade nos contextos televisivos e as grandes mudanças pelas quais os (tele)jornais vêm passando ao longo dos anos, em resposta às novas tendências e às novas necessidades sociais e econômicas desse meio produtivo. Aqui, faz-se uma relação entre essas mudanças estruturais e comportamentais dos participantes de (tele)jornais com os

comportamentos linguísticos desses sujeitos e como esse processo pode agir sobre as variações linguísticas.

Na quinta seção, finalmente, apresentam-se os resultados encontrados para que seja possível a realização da interpretação e discussão propostas pela pesquisa. Nesse tópico, analisa-se cada uma das variáveis e busca-se entender o que faz com que cada uma delas tenha determinada relevância estatística e linguística sobre a alternância dos usos dos pronomes de 1PP no contexto do telejornal gravado. Além disso, é na quinta seção em que as hipóteses levantadas no início da pesquisa são (ou não) confirmadas a partir dos resultados alcançados.

Na sexta parte desta dissertação, são tecidas as considerações finais relativas ao trabalho, de modo a determinar a conclusão do estudo e apontar a necessidade de novos trabalhos como este para reforçar as análises e contribuir com a descrição do PB falado em contextos semelhantes ao aqui analisado. Por fim, são elencadas as referências bibliográficas utilizadas para a construção deste texto e que embasaram todo o processo investigativo e analítico.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA TRANSFORMAÇÃO DO *A GENTE* E DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA

Em prol de uma demarcação histórica e descritiva de implementação do pronome *a gente* no PB, faz-se necessário recorrer ao trabalho de LOPES (2003, p. 09), segundo quem “o substantivo *gente* origina-se do substantivo latino *gêns, gentis*: raça, família, tribo, o povo de um país, comarca ou cidade”. Usando como exemplo as *Cantigas de Santa Maria*, do século XIII, a autora evidencia a existência, no português, de formas singulares e plurais do substantivo, como o trecho selecionado: “No que o moço cantava/ o judeu meteu mentes, e levó-o a ssa casa, / pois se foram *as gentes*” (LOPES, 2003, p. 10). Entretanto, é a partir do século XVI que a forma singular do substantivo se expande, em detrimento da plural, esta que ainda resiste e, paulatinamente, some no século XIX.

Ponto importante relacionado às origens da forma pronominal inovadora é seu vínculo com “o vocábulo *homem*, seja funcionando como substantivo, seja como pronome indefinido, no português arcaico” (LOPES, 2003, p. 11), de modo que ambas as formas funcionaram como possibilidade de indeterminar os referentes. Em citação a Said Ali (1971), a autora destaca que as duas formas (*homem* e *gente*) se aproximam pelo fato de terem origem em substantivos e por indicarem valor pronominal, especialmente de modo genérico, com agente vago e indeterminado. A autora defende que a variação nominal/pronominal de *homem* tenha se encerrado por volta do século XVI, fazendo com que *homem* funcionasse apenas como substantivo. Nesse período foi que se expandiu o uso ambíguo de *a gente*: significando *peessoas*, de um modo geral, ou como variante de *nós*.

No século XX, segundo Lopes (2003), a forma singular *a gente*, em detrimento do plural *as gentes*, ganha espaço e se consolida, ao passo que a forma *homens*, no plural, passa a ser usada, com maior frequência, para designar, de modo genérico e abrangente, as pessoas, os seres humanos. Conforme propõe LOPES (2003, p. 68), “a lacuna deixada no sistema por *homem* possibilitou a emergência do uso de (*a*) *gente* como pronome”. Com isso, de acordo com a análise da autora, verifica-se que “a especificação positiva de gênero do substantivo desaparece” (p. 70), tornando-se uma forma neutra. Além disso, o fato de essa nova forma pronominal poder ser considerada variante de *nós* viabiliza diferentes modos de leitura de uma mesma sentença, já que pode equivaler a *eu+tu/você*, *eu+ele/ela*, *eu+vocês*, *eu+eles/elas* ou a *eu+todos*. Pode-se mencionar também o *a gente* como forma de referência, inclusive, ao *eu* (sozinho).

Em algumas gramáticas descritivas do PB, como a de Bagno (2013) e a de Castilho (2019), o *a gente* é apresentado como pertencente ao quadro pronominal do português – o que não poderia ser diferente. Em primeiro lugar, Bagno (2013, p. 228) destaca que, no caso das variedades urbanas de prestígio, a forma pronominal inovadora ocupa as posições de sujeito, objeto indireto e complemento oblíquo. O autor, porém, não cita a possibilidade de que esse item ocupe a posição de objeto direto (como em *Aqui no ES mesmo só tem a gente de menina, júnior* ou em *Tá ouvindo a gente? Bem?*). Castilho (2019) apresenta um quadro relativo à descrição do quadro pronominal no PB, no qual o *a gente* é descrito como pertencente à modalidade informal da língua, ao passo que o *nós*, pela tradição, se localiza na modalidade mais formal de uso. Entretanto, o autor reconhece que a forma pronominal inovadora comuta com *nós* em contextos idênticos, o que demonstra o fato de os falantes as entenderem como sinônimas ou equivalentes.

Em posse desse breve panorama histórico de implementação de *a gente* no PB, é possível prosseguir para o próximo tópico, no qual se discutem as abordagens feitas pela tradição gramatical em torno do paradigma pronominal vigente.

2.1 A VARIAÇÃO PRONOMINAL E O TRATAMENTO PELA GRAMÁTICA TRADICIONAL

Para que se faça a descrição da abordagem feita por grandes gramáticos normativistas do PB, é preciso, primeiro, compreender no que se constitui a gramática tradicional (doravante GT). Na concepção de Franchi (2006), trata-se, a partir do uso da língua consagrado pelos “bons” escritores, de uma sistematização de normas linguísticas do que se entende como bem falar e escrever. Ou seja, um conjunto de descrições e prescrições que distam de modo imensurável da realidade do maior número de falantes de, talvez, qualquer língua, ainda segundo o autor. Esses usos consagrados, portanto, compreendem, na concepção do autor, o que se chama de elite de manifestações verbais.

Nessa esteira, “o uso que os gramáticos fazem dos escritores é conduzido pela concepção de (in)correção trazida consigo como crença própria a seu trabalho (BAGNO, 2003, p. 157). Para Bagno, um dos grandes problemas desse tipo de abordagem é o fato de os normativistas extraírem de textos escritos de ficcionistas consagrados apenas o que convém aos seus próprios compêndios gramaticais, deixando de abordar ou usar como exemplo todo uso que se aproxime da língua falada, do uso real da língua. Elegem, assim, somente o que consideram belo, correto

e exemplar. Assim sendo, apresentam-se em sequência como se dá a abordagem feita pelas gramáticas acerca do uso da forma inovadora.

Bechara (2005, p. 166) opta, a princípio, por tratar dos pronomes pessoais (o *eu*, o *tu* e o *ele*), apresentando, também, as formas plurais equivalentes a cada um. No caso do *eu*, tem-se o *nós*, que, por sua vez, só pode representar *eu+tu* ou *eu+ele(s)*. À forma *a gente* resta, na concepção do autor, a permissão de uso fora do que considera linguagem cerimoniosa, tendo em vista seu caráter de suposta coloquialidade ou informalidade.

Cunha e Cintra (2013, p. 310), por outro lado, nem enxergam a forma pronominal inovadora com equivalência a *nós*, e sim como forma de tratamento, designado por *fórmula de representação da 1ª pessoa*, atribuindo, também, à locução o caráter de informalidade.

Segundo Foeger (2014), em análise às GTs, a forma inovadora,

quando citada, aparece como observação ou num tópico à parte, ou seja, não é tratada junto aos pronomes pessoais canônicos. Além disso, normalmente, acrescentam-se comentários, evidenciando que não faz parte da modalidade mais culta da língua: “*usada fora de linguagem cerimoniosa*” ou “*no colóquio normal*”. É interessante mencionar também que, nessas obras, não aparecem as formas *da gente* e *com a gente*, como correspondentes ao possessivo *nosso(a)* e ao pronome oblíquo *conosco*. (FOEGER, 2014, p. 24).

Apesar de a forma pronominal em xeque ser usada no PB, pelo menos, desde o século XIX, com o mesmo valor atual, os manuais de gramática mais usados - principalmente em espaço de educação formal - e mais valorizados em abordagens sem critério científico definido perpetuam o suposto papel secundário desse pronome pessoal, sobre o que será discutido no próximo tópico, em que são apresentados alguns estudos feitos no Brasil, com diferentes amostras do PB e diversos recortes temporais acerca da implementação e usos com alternância entre *nós* e *a gente*.

Lopes (2012), em relação a isso, discute o grande descompasso entre o que já se tem enquanto perspectiva descritiva e o que se ensina acerca dos pronomes com base na GT. Segundo a autora, a pouca importância que se dá a formas inovadoras como *você(s)* e *a gente* se evidencia, como já supracitado, em notas de rodapé ou de comentários breves em que se “permitem” ou não os seus usos em dadas situações e, sobretudo, na não convergência entre as ideias defendidas pelos próprios gramáticos. Nesse sentido,

Há várias questões aqui envolvidas na descrição dos pronomes: *você* e *a gente* [...] No caso das formas *nós* e *a gente*, um argumento semelhante [ao dado em relação à

variação tu/você] poderá ser utilizado para defender que a substituição também não se generalizou, uma vez que o pronome *nós* ainda é empregado “em textos mais formais” (LOPES, 2012, p. 117).

Em análise a 14 livros didáticos de português aprovados pelo Ministério da Educação e utilizados na rede de ensino Fundamental e médio, a autora constatou o fato de que 11 desses materiais estavam baseados no quadros tradicionais de pronomes pessoais do caso reto (eu/tu/ele/nós/vós/eles), os quais negligenciam as formas inovadoras *você(s)* e *a gente*, às quais se reservam comentários relativos à ideia de que grande parte da população usa essas formas em situações de coloquialidade ou de informalidade, atribuindo-lhes um caráter de estigma. Lopes 2012, portanto, defende não uma substituição do quadro pronominal ou, muito menos, que se deixe de falar em salas de aula sobre a existência do *vós*, por exemplo. Defende no texto que “cada pronome deva aparecer em seu devido lugar. Os pronomes usuais devem constar do quadro geral de pronomes pessoais. Ao arcaizante *vós* cabem os comentários e observações adicionais. Falta, contudo, um pouco de coragem para inverter essa ordem” (LOPES, 2012, p. 134).

2.2 ALGUNS ESTUDOS DA VARIAÇÃO PRONOMINAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

2.2.1 Omena (1986)

Com amostra constituída por falantes do Rio de Janeiro que não possuíam ensino universitário, Omena (1986), em sua empreitada pioneira no estudo da variação pronominal de primeira pessoa do plural, analisa 64 entrevistas do Censo da Variação Linguística do Estado do Rio de Janeiro, representativas da década de 1980. Foram considerados falantes de 15 a 25 anos, de 26 a 49 ou maiores de 50 anos de idade, com graus de escolaridade diferentes, primário (1º ao 5º ano), ginásio (6º ao 9º ano) e o então denominado segundo grau (1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio). Verificou-se, a princípio, que as formas pronominais de 1PP poderiam ocorrer como adjunto adverbial, sendo *a gente* 84% dos casos (57 de 68 dados); sujeito, com 73% (1979 de 2701 ocorrências); complemento, tendo 73% (199 de 277 dados); e, por fim, como adjunto adnominal, com 35 de 253 casos (14%).

A posição de adjunto adverbial foi, nesses dados, a que mais favoreceu a ocorrência da forma inovadora, em detrimento de *nós*. Além disso, a autora verificou que, ao se selecionar uma das

duas formas para referenciação em um discurso, o falante mantinha, de modo paralelo, a mesma forma para as ocorrências seguintes. A autora também considerou em seu trabalho a saliência fônica do verbo como fator relevante à variação. O pressuposto era o de que maior diferença entre 1PP e a terceira do singular favoreceria o uso de *nós*. A escala utilizada pela autora foi a seguinte: 1º grupo, com formas verbais que mantinham a sílaba tônica com acréscimo da desinência (*falava/falávamos*); 2º grupo, com deslocamento do acento tônico e acréscimo de desinência (*fala/falamos*); 3º grupo representativo de formas com monossílabos tônicos ou oxítonos transformados em paroxítonos, com aumento ou não de uma vogal, possibilidade de fechamento maior ou menor da vogal pretônica e acréscimo da desinência (*está/estamos*); 4º grupo, com redução dos ditongos finais em vogais, com acréscimo da desinência ou formas semelhantes (*cantou/cantamos*); 5º grupo, com diferenças fonológicas marcantes (*veio/viemos*); 6º grupo, tendo infinitivo somado à desinência (*cantar/cantarmos*); e, por fim, formas idênticas para *nós* e *a gente* (*cantando*). Os resultados confirmaram que menor saliência fônica favoreceria a ocorrência de *a gente*.

Além disso, considerou-se a determinação do referente, de modo que a forma inovadora apresentava preferência pela indeterminação, pela genericidade, ao passo que *nós* era favorecido por referentes mais específicos. O tempo verbal, por sua vez, mostrou-se agir de modo que infinitivo e gerúndio em contextos de tempo presente favoreciam *a gente* enquanto, em contextos de passado e futuro, favoreciam *nós*. A autora, em suas considerações finais, entende o fenômeno como um caso de mudança, tendo em vista que a fala dos mais jovens favoreceu, nos dados estudados, o uso do *a gente*. A variável sexo/gênero mostrava-se pouco relevante nos dados.

2.2.2 Lopes (2003)

O estudo desenvolvido por Lopes (2003), *A inserção do a gente no Quadro Pronominal do Português*, é referência e citação elementar para qualquer trabalho subsequente relacionado ao tema, sobretudo pelo fato de a autora ter se debruçado sobre, como se subentende pelo título, a entrada e implementação da forma inovadora no PB. Como a autora demonstra, trata-se, neste caso, de um processo que transcorreu do português arcaico ao português contemporâneo. Interessa apontar o empreendimento da autora justificado pela “necessidade de explicitar as causas das mudanças ocorridas no nosso sistema pronominal, identificando os fatores de ordem

discursivo-pragmática e os de natureza sintático-semântica que atuam na alteração gramatical de nome para pronome” (LOPES, 2003, p. 04).

Em um primeiro momento, a autora realiza uma descrição histórica do quadro pronominal da língua, de modo a evidenciar as mudanças progressivas e suas respectivas motivações. A partir de bases do Funcionalismo e da Teoria da Variação, são analisados dados escritos do século XIII ao século XX e de fala do século XX. Nesses dados, evidencia-se a passagem do substantivo *gente* para o pronome *a gente*. Foram utilizados, também, dados do Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta (NURC) para viabilizar análises em tempo real de curta duração¹. Desse universo de dados, são utilizados 10 inquiridos da década de 1970, com 5 homens e 5 mulheres, sendo dois falantes por sexo com idades entre 25 e 35 anos; 2 informantes de cada sexo com 36 a 55 anos; e um de cada com 56 anos ou mais. Realizou-se um estudo de painel² com os mesmos informantes, utilizando, agora, dados da década de 1990. Por fim, a autora analisou 8 entrevistas gravadas entre os anos de 1992 e 1996, denominado *estudo de tendência*. Lopes observou que, na década de 1970, a frequência de uso do *a gente* era de 42%. O estudo de painel, na década de 1990, apresentou um aumento considerável do uso do *a gente*, com 54% de frequência. Os dados da amostra de tendência (1992-1996) indicam aumento de uso da forma inovadora para 72% na comunidade.

Considerando o fato de que a forma inovadora abarca um referente mais genérico/indeterminado em comparação a *nós*, a autora organiza, ao tratar das funções sintáticas, o sujeito em categorias semânticas, sendo elas *referente específico*, ou seja, ao se tratar de um referente explícito e determinado, com alusão a referentes que se possa saber quem são; *referente genérico*, quando se considera o emissor, o receptor e outras pessoas (eu+você+ele(s)/ela(s)); e *leitura impessoal*, com maior grau de indeterminação. Em relação a isso, os dados indicam que, quanto mais impessoal, mais favorecimento de *a gente*. Em comparação com os dados de 1970 e com os de 1990, pôde-se verificar que *a gente* passou a designar cada vez contextos mais específicos. Por fim, os dados da nova amostra (1996) indicam que nos casos de referente mais específico, o uso de *a gente* é categórico, com a totalidade das ocorrências, os referentes genéricos favoreciam em 93% a locução e o uso mais específico sobe, apesar de ainda ser menos representativo, para 59%.

¹ O estudo da mudança em tempo real remete-nos a estudos longitudinais que comparam a direcionalidade de um fenômeno variável em diferentes sincronias e em longo prazo (SANTOS, 2009, p. 73).

² Estudo que parte do recontato com os mesmos informantes de uma primeira amostra coletada, com aplicação do mesmo instrumento.

A autora deixa em aberto a discussão relativa à ação das variáveis sexo/gênero e faixa etária sobre a variação de usos dos pronomes, indicando a necessidade de novos estudos. No entanto, cumpre com o objetivo geral de seu trabalho, que se constituía por traçar o percurso já feito pelo pronome inovador e as motivações que viabilizaram sua fixação no quadro pronominal do PB falado, de modo que passasse a concorrer e até superar, como será apresentado nas próximas seções, a forma canônica *nós* no quadro contemporâneo.

2.2.3 Mendonça (2010)

Com foco na fala capixaba, Mendonça (2010) analisou dados provenientes de 40 entrevistas do Projeto PortVix (Português falado na cidade de Vitória/ES) realizadas de 2001 a 2003. Foram consideradas as faixas etárias de 7 a 14 anos, 15 a 25 anos, 26 a 49 anos e 50 ou mais, gênero/sexo *masculino e feminino) e três níveis de escolaridade (Ensino Fundamental, Ensino Médio e Universitário). Foram analisados 1.745 dados, sendo 70,8% de *a gente* e 29,2% de *nós*.

A primeira questão interessante a ser destacada é a indicação de mudança linguística, assim como já havia observado Omena (1986), já que os mais jovens favoreceram a forma inovadora, ao passo que os mais velhos mostravam preferência pela forma canônica, de modo que os informantes com idade entre 7 e 14 anos apresentaram 85% de *a gente* em sua fala, e os mais velhos, acima de 50 anos, apenas 56,9% dos casos.

Em segundo lugar, constatou que as mulheres favorecem mais *a gente* – com peso relativo de 0.60 – do que os homens – 0.35. A escolaridade, mais uma vez, como já destacado por Lopes (2003), não se mostra fator relevante, não sendo selecionada pelo programa computacional GoldVarbX. Em relação à faixa etária, o autor verificou que, no caso das duas faixas etárias mais jovens, ou seja, de 07 a 14 anos e na faixa de 15 a 25. Com isso, Mendonça verifica um aparente processo de mudança linguística em progresso.

As variáveis linguísticas consideradas pelo autor foram explicitude do sujeito, paralelismo linguístico, referencialidade, posição sintática, tempo e modo verbal. Mendonça (2010) constata que o falante tende a repetir a forma anterior: *a gente* é favorecido quando não é o primeiro da série e é precedido por *a gente*. Outro ponto que merece destaque aqui é a função sintática: a posição de sujeito obteve um percentual de 69,6%, objeto direto alcançou 95,7% dos casos e objeto indireto teve 86,0% de frequência das ocorrências.

Em relação ao tempo verbal, verificou-se que o presente favorece *a gente*, enquanto o pretérito perfeito favorece *nós*. O autor explicou esse fato pela ambiguidade relativa às formas verbais do *nós* nos dois tempos verbais. Pelo fato de proparoxítonas serem evitadas pelos falantes, a forma *a gente cantava*, em detrimento de *nós cantávamos* (pretérito imperfeito) era favorecida. O modo verbal não foi selecionado pelo programa.

2.2.4 Foeger (2014)

Antes de apresentar seus próprios dados, Foeger (2014) fez uma retomada de outros trabalhos, além dos elencados acima. Foram selecionados para a dissertação de Foeger (2014) os estudos de Tamanine (2010), pesquisadora que discutiu a variação *nós/a gente* na cidade de Curitiba, com 32 entrevistas do Projeto VARSUL; de Rúbio (2012), com amostras do PB, com informantes do interior de São Paulo e do Português Europeu, com total de 197 entrevistas; e de Mattos (2013), quem contou com 55 entrevistas da fala goiana. Inicialmente, destaca-se o fato de que, em todas as pesquisas suprarreferidas, a forma inovadora ganha cada vez mais espaço, no lugar de *nós*.

A autora, em sua pesquisa com foco na *Primeira Pessoa do Plural no Português Falado em Santa Leopoldina/ES*, uma cidade do interior do estado, objetivou comparar os dados da zona rural aos da zona urbana, apresentados por Mendonça (2010). Para isso, contou com uma amostra de 32 entrevistas gravadas entre 2011 e 2013. A pesquisa se justificou pelo fato de, até então, não haver estudos relativos à zonal rural do Espírito Santo. Partiu do pressuposto de que, assim como em praticamente todas as regiões estudadas, haveria predomínio de *a gente*, apesar de sê-lo em menor grau.

A amostra de Foeger (2014) foi constituída por informantes com a mesma faixa etária do trabalho de Mendonça (2010), sendo dois informantes de cada sexo/gênero por faixa etária, tanto do ensino fundamental I, quanto do Ensino Fundamental II. As variáveis linguísticas analisadas pela autora foram explicitude do sujeito, paralelismo linguístico, referencialidade, função sintática, tempo verbal e saliência fônica. Consideram-se, também, as variáveis sociais gênero/sexo, faixa etária e escolaridade. Por fim, foi analisada a variável estilística, de modo que se codificou a interação com a entrevistadora natural do município e com autora, natural da Grande Vitória.

Os resultados apontaram para uma quase equivalência de uso das formas pronominais, de modo que *a gente* representou um total de 53,9% dos casos, em oposição ao *nós*, com 46,1%. Para a autora, a diferença entre os resultados da zona rural e os de Vitória ocorre em função dos casos relativos à ausência de concordância verbal com *nós*, de modo que, ao desconsiderar ocorrências de *nós* sem concordância, o índice de ocorrência de *a gente* chega a 68,6%. Para a autora, “nos centros urbanos, há contextos linguísticos em que o *nós* é normalmente substituído por *a gente*, em função de mecanismos da própria língua, a fim de evitar a ausência de concordância, que é estigmatizada, sobretudo nos grandes centros urbanos” (FOEGER, 2014, p. 97).

Na exposição dos dados, verificou-se, em relação ao paralelismo linguístico, que o isolamento se mostrou como favorecedor de *a gente*, semelhantemente aos casos de ocorrência sendo primeiro da série. Quanto aos fatores linguísticos, houve sobreposição do tempo verbal e saliência fônica. Por esse motivo, juntaram-se os dois fatores e foram considerados apenas os casos de ocorrência de sujeito, que representava o maior número de dados. Em referência ao tempo verbal e à saliência fônica, verificou-se que menor saliência favorece *a gente*, com peso de 0.71. A hipótese de Foeger (2014) de que o pretérito imperfeito favoreceria *a gente* não se confirma, contando com apenas 49,1% das ocorrências, com peso de 0.43, muito baixo, em comparação com os outros graus de saliência. Isso ocorre, porque, na comunidade estudada, “o uso de *nós* com desinência Ø no pretérito imperfeito (*nós era* [...]) não é passível de estigmatização e é categórico entre praticamente todos os informantes da amostra” (FOEGER, 2014, p. 104).

Em relação à faixa etária, verificou-se que quem mais desfavorece *a gente* são os mais novos, com peso relativo de 0.22 e 32,1% dos casos, diferentemente do que Mendonça (2010) mostrou na fala de Vitória. Em contrapartida, a faixa etária que mais favoreceu *a gente* foi a de 26 a 49 anos, com uso de 75,1% dos casos, e peso relativo de 0.73. A autora apresenta duas possibilidades de interpretação desse resultado: ou há relação com o mercado de trabalho, isto é, os falantes de 26 a 49 anos estão na fase mais produtiva profissionalmente e têm mais contatos fora da comunidade e, por isso, se adequam à nova variante; ou os mais jovens favorecem *nós* como representação identitária.

No que diz respeito à interação com diferentes entrevistadoras, verificou-se que, com um interlocutor “forasteiro”, no caso, da Grande Vitória, os falantes usaram, mesmo que de forma inconsciente, mais a forma inovadora *a gente*, com 65,7% das ocorrências e peso relativo de

0.68. Isso pode se explicar pelo fato de o entrevistado pressupor que o falante da cidade use mais *a gente* e, por isso, também fazê-lo.

Em relação à referencialidade, percebeu-se que usos mais genéricos e indefinidos, conforme outros estudos já citados, favorecem *a gente*, com 90% dos dados e peso relativo de 0.79. Foeger (2014) faz essa comparação aos dados de Vitória e entende que há “ainda um uso mais acentuado do *a gente* em Vitória/ES no tipo de referência mais genérica, e isso pode estar mais relacionado à diferença no estágio de implementação da forma inovadora nessas duas comunidades” (FOEGER, 2014, p. 114).

Os casos de sujeito mais explícitos favorecem *a gente* – 58,4% e peso de 0.56 -, também se aproximando dos dados de Mendonça (2010). A variável gênero/sexo mostra que as mulheres são as que mais utilizam *a gente*, com 58,5% dos casos e peso de 0.53, em oposição aos homens, com 50,7% e 0.46. Assim como Mendonça (2010), Foeger (2014) constatou que a posição sintática que mais favorece o uso da forma inovadora é a de objeto direto, com 74,4% de efeito nos dados verificados e peso de 0.80.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

3.1 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

Em meados do século XX, em 1960, surge um novo campo de estudos, autônomo e interdisciplinar no campo de estudos da linguagem, denominado Sociolinguística. Isso ocorre a partir do relativismo cultural e da heterogeneidade linguística, inerente e sistemática, de acordo com Bortoni-Ricardo (2014). O relativismo cultural se trata de um comportamento de não hierarquizar culturas – entre mais e menos prestigiosas. Ainda de acordo com a autora, essa ideia guarda relação com a antropologia cultural, de pesquisas sobre línguas ameríndias. Cabe destacar que

essa premissa relativista aplicou-se a comparações entre línguas, mas, com o advento da crença na heterogeneidade ordenada e do reconhecimento da existência de muitas variedades no âmbito de qualquer língua natural, linguistas nos Estados Unidos e na Europa ampliaram o escopo da premissa relativista para comparação entre variedades de uma língua, ou, até mesmo, entre os **estilos no repertório de um falante** (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 12, **grifo nosso**).

Em se constatando inferioridade no rendimento escolar (em termos quantitativos) de crianças provenientes de grupos minoritários, a Sociolinguística se expande para investigar, após a coleta de dados, as motivações para essa diferença verificada. Vale ressaltar o fato de que ainda não eram amplamente discutidas as influências da cultura letrada sobre grupos sociais ou nacionais. Nessa direção, um grupo de linguistas, sob supervisão de William Labov (1966), se empenhou em sistematizar os aspectos de contraste entre o inglês padrão e o inglês materno desses alunos. Após as investigações, ocorreram diversos outros empreendimentos importantes da Sociolinguística que culminaram em subdivisões dos estudos desenvolvidos, conforme evidencia Bortoni-Ricardo (2014).

De modo geral, então, a Sociolinguística prima pela importância social da linguagem “dos pequenos grupos socioculturais a comunidades maiores. Se cada grupo apresentasse comportamento linguístico idêntico, não haveria razão para se ter um olhar sociolinguístico da sociedade” (MOLLICA, 2013, p. 10). Para a autora, há necessidade de o linguista sempre investigar a variação quanto a determinado fenômeno e verificar seu status social, o grau de comprometimento do fenômeno no sistema linguístico para que se determine a competição entre as variáveis ou processo de mudança em andamento.

Entendendo a variação como um fenômeno universal, Labov (2008 [1972], p. 238) discute a distinção entre variáveis e variantes. Estas são as diversas formas que configuram um fenômeno variável tecnicamente chamado de variável dependente. No caso desta pesquisa, *nós* e *a gente* são as duas variantes. Desse modo, a variável é dependente no sentido de considerar que o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores (ou variáveis independentes) de natureza social ou estrutural. Em sequência, Mollica evidencia que as “variáveis independentes ou grupos de fatores podem ser de natureza interna ou externa à língua e podem exercer pressão sobre os usos, aumentando ou diminuindo sua frequência de ocorrência” (MOLLICA, 2013, p. 11). Nesta pesquisa, selecionaram-se como variáveis independentes: o *papel social dos falantes* (âncora, repórter de rua ou entrevistado); o *sexo* (masculino ou feminino); as *sequências discursivas* (dialogais, argumentativas, narrativas e descritivas); o *tópico discursivo* (policial, cidade, entretenimento, esporte e política); a *função sintática* das variantes (sujeito, objeto direto, objeto indireto e o grupo de outras funções); e, por fim, os *interlocutores*, ou seja, com quem se fala (jornalistas âncoras, repórteres de rua, pessoa pública, cidadão comum, profissional, político ou telespectador).

A questão central dos trabalhos de Sociolinguística deve sempre partir da “avaliação do *quantum* com que cada categoria postulada contribui para a realização de uma ou de outra variante das formas em competição” (NARO, 2007, p. 16). É muito comum que, para isso, sejam utilizados nas pesquisas variacionistas programas computacionais e métodos estatísticos e matemáticos para possibilitar a leitura analítica dos dados gerados. Essa quantificação e análise estatística possibilitaram, segundo Guy e Zilles (2007), que a Sociolinguística abandonasse a marginalização dos estudos científicos, e a variação pudesse ser, de modo sistemático, apreendida. Conforme FOEGER (2014, p. 67), “uma das grandes contribuições da Sociolinguística é que a sua metodologia bem delimitada permite que se verifiquem a origem, a extensão e a propagação das formas variantes”.

O sociolinguista definiu um conceito bastante importante para todos os estudos afiliados à teoria variacionista. Trata-se do “vernáculo”, proposto como “o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala” (LABOV, 2008 [1972], p. 244). Propõe-se também uma proporção entre a sensibilidade do indivíduo quanto ao *status* relativo das variedades de classes e o seu afastamento do vernáculo em direção às formas padrão. Com isso, o sociolinguista relaciona o uso do padrão às situações de maior monitoramento da fala, ou seja, da atenção prestada ao que e como se diz. Evidenciam-se, então, as distinções regionais e étnicas quanto à fala de determinados grupos, conforme destaca Labov (2008 [1972], p. 251). Cria-se, então, um

modo de pensar que vincula o vernáculo às questões locais e étnicas e socioeconômicas, de modo que, afastando-se do padrão, inúmeras variedades podem ser identificadas e atribuídas aos seus respectivos falantes.

A variação e, por sua vez, a mudança linguística têm origem no interior do sistema linguístico, o que ocorre por meio de pressões verificadas nos usos. Esse processo, segundo os autores vinculados à primeira onda de estudos sociolinguísticos, por sua vez, afeta a fala de indivíduos menos suscetíveis à fala padrão que, por conseguinte, têm sua fala mais estigmatizada, e alcança, em estágios mais avançados, a fala da população mais adepta ao padrão gramatical e resistente a qualquer mudança. É consenso entre os estudos variacionistas que a maior vantagem da abordagem de primeira onda, que cumpriu e ainda cumpre satisfatoriamente seus objetivos, é a sua replicabilidade e cobertura/abrangência.

Apresentado esse breve panorama de constituição da Sociolinguística Variacionista, é importante que se discutam três formas de pensar a variação e suas motivações socioestruturais. No início dos estudos sociolinguísticos, com maior empenho no que diz respeito às categorias macrosociológicas, a partir do trabalho sobre a estratificação do Inglês, em New York, em 1966, Labov torna possível que os resultados encontrados sejam replicados em uma série de estudos urbanos no final da década de 1960 e durante a década de 1970. Estabeleceu-se um padrão regular de estratificação socioeconômica da forma linguística com maior diversidade regional e étnica na base da pirâmide econômica, a qual apresentou maior uso de formas não padronizadas do inglês. Portanto, quanto mais distante do extremo inferior dessa pirâmide, menos aparecem formas estigmatizadas, conforme Labov (2008 [1972]).

Os trabalhos de Eckert (2005) são considerados como o marco dessa linha de estudos, sendo tomados como avanço no sentido de relacionar a variação à antropologia linguística, duas áreas que, aliás, já estiveram juntas em outros estágios. Em relação a isso, Gumperz e Cook-Gumperz (2008) destacam que, por compartilharem uma perspectiva teórica em torno do uso local da linguagem, comprometem-se de igual modo com a investigação de campo e com a busca pelo melhor modo de captar esse uso. Complementa-se que

a Sociolinguística se tornou separada da antropologia não pela falta de uma teoria social, mas por causa de seu engajamento prematuro com problemas específicos das sociedades ocidentais industrializadas, em um momento em que os antropólogos ainda tendiam a focar suas preocupações em grupo de pequena escala em sociedades não ocidentais. A Sociolinguística se apropriou de teorias sociológicas no intuito de aplicar análises linguísticas à solução de problemas sociais contemporâneos” (COOK-GUMPERZ, 2008, p. 538).

A primeira onda, então, pode ser caracterizada, de acordo com Eckert (2005, p. 3), pelo interesse em padrões gerais de uma comunidade de fala. Interessam, assim, macrocategorias que definem os falantes de determinadas variantes da língua em detrimento de outras. Seus aspectos metodológicos partem da definição de uma variável e suas variantes, de modo a se pensar em todas as situações em que as variantes podem acontecer. Consideram-se, também, fatores extralinguísticos, como idade, sexo e classe social com potencial influência no uso da língua. As amostras se constituem por perfis sociolinguísticos que possam atender aos objetivos das pesquisas. A entrevista com os informantes, método mais comum de coleta de dados, consiste num evento de fala individualizado, conforme propõe Labov (2008 [1972]), registrado mediante uso de gravadores para que, com a posterior transcrição e análise, seja possível quantificar e interpretar todos os dados obtidos.

Quadro 1 - Características da primeira onda (Adaptado de Hora e Witzels (2011, p. 162))

Primeira onda de estudos da Sociolinguística
<ul style="list-style-type: none"> • estudos de comunidades geograficamente definidas; • hierarquia socioeconômica como um mapa do espaço social; • variáveis como marcadores de categorias sociais primárias, conduzindo traços de prestígio/estigma; • estilo como atenção prestada à fala, e controlado por orientação relativa ao prestígio/estigma.

Fonte: elaborado pelo autor.

É comum que estudos de segunda onda tenham caráter local, uma vez que, ainda segundo Eckert (2005), há uma negociação dos lugares sociais pelos falantes e a relação entre monitoramento linguístico e uso de variantes padrão ou não padrão é localmente determinada por questões de prestígio e estigma que só podem ser entendidas a partir do estudo das relações sociais que perpassam a comunidade. Por meio da observação participante e da etnografia, verifica-se, conforme mencionado, que a ideia de prestígio se desvincula de questões tradicionais no que diz respeito à gramática e ao padrão por ela estabelecido. Desse modo, “em consequência da metodologia, as análises dos dados nessas pesquisas tendem a ser não só quantitativas, como acontecia nas pesquisas de cunho macrosociológico da primeira onda, mas, sobretudo, qualitativas” (CASIMIRO, 2018, p. 431).

Nesse sentido, Eckert (2005) cita como pertencente à segunda trabalhos como o de Milroy (1980), de Rickford (1986), sendo que o primeiro trata de variação fonológica de trabalhadores em Belfast “indicando agentividade social no uso do vernáculo (e não mais questão de monitoramento e relação prestígio/estigma, como definia Labov) e entendendo o vernáculo

como uma expressão do local e da identidade de classe” (CASIMIRO, 2018, p. 432). O segundo trabalho, por sua vez, investigou a variação existente em comunidades rurais em plantações de cana de açúcar na Guiana, enfatizando que, “no nível global, sua associação com valores e práticas locais dão um valor positivo ao nível local” (CASIMIRO, 2018, p. 432).

Quadro 2 - Características da segunda onda (Adaptado de Hora e Witzels (2011, p. 163))

Segunda onda de estudos da Sociolinguística
<ul style="list-style-type: none"> • estudos etnográficos de comunidades definidas geograficamente; • categorias locais como links para as demografias. • Variáveis como categorias de indexação localmente definidas; • Estilo como atos de afiliação (<i>audience design</i>).

Fonte: elaborado pelo autor.

Outros estudos (ECKERT, 1989, 2000) começam a surgir e a apontar alterações na compreensão da variação linguística. A autora, em pesquisa sobre um grupo de adolescentes de uma escola pública do ensino médio, constata categorias sociais locais, os *Jocks* (os alunos relacionados a equipes esportivas e a boas notas) e *Burnouts* (aqueles à margem do sistema, os que o colocam em questão), constituídas por indivíduos que se opõem um grupo em relação ao outro. Os estilos dos adolescentes, segundo Eckert (2000), são compostos pelas roupas, gestos, acessórios, hábitos, gostos musicais e, também, uso das variáveis linguísticas. Isso implica considerar a variação linguística como representação de um grupo, como recurso simbólico e estilístico, atribuído ao processo de negociação de identidades em comunidade de prática.

O conceito de comunidade, nesse momento, começa a se diferenciar do proposto por Labov, de comunidade de fala. Fala-se, então, com mais ênfase acerca da possibilidade de um mesmo indivíduo participar de inúmeras comunidades. Milroy (1980) propõe uma heterogeneidade da comunidade de fala, de modo que haja uma vasta rede de socialização. Nesse momento, então, é possível falar em agentividade, que, aliás, marcou o início dos trabalhos nessa vertente.

Tanto a segunda quanto a terceira onda consideram o significado social da variação, porém de modos distintos. Os estudos mais recentes tendem à compreensão da variação linguística como um recurso estilístico para que seja possível construir e manter a identidade em uma comunidade de prática, e não apenas como método de afiliação a marcas já fixadas. Com isso, “a relação entre as variáveis linguísticas e categorias sociais deixa de ser entendida como uma relação direta, e passa a ser entendida como uma relação mediada por significados sociais” (MANGABEIRA, 2016, p. 55).

Nesse sentido,

Essa vertente de estudos vê as variáveis linguísticas como possuidoras de significados sociais mais básicos que se combinam estilisticamente para construir os tipos de *persona* que habitam categorias sociais. Isso não impede o exame de relações de poder que constituem a economia política em direção às suas realizações nas dinâmicas locais cotidianas de construção de significado. Essa abordagem inverte a perspectiva como um reflexo de lugar social, para a variação como um recurso para a construção de significado social (ECKERT, 2000, p. 2).

Eckert (2005) salienta a importância dos estudos de primeira onda para a realização de pesquisas contemporâneas, uma vez que foi fornecida pela perspectiva laboviana a ideia de categorização macrosociológica, viabilizando, agora, uma conexão entre o local e o global. A terceira onda, contudo, se volta à negociação das identidades, em momentos específicos, numa dinâmica pessoal. Isso não quer dizer que são abandonadas as categorias sociais mais amplas, mas, como reitera a autora, somos condicionados a certas posições com base na classe econômica, no sexo/gênero, na idade, na escolaridade e na raça/etnia. É por esse motivo que a autora defende não uma mudança de objetivos com os estudos de Sociolinguística, mas, sim, uma expansão.

Conforme apresenta Mangabeira (2016), as identidades construídas pelos falantes são possibilitadas pelos estilos individuais, a partir de sua constituição agentiva, em meio a diversas práticas sociais. Para a autora, “ao falar em estilos individuais, a intenção não está em diminuir a dimensão social da identidade, mas em enfatizar que o foco da análise está no indivíduo em meio às práticas em que se engaja cotidianamente, e não na comunidade como uma unidade coesa” (MANGABEIRA, 2016, p. 57). Compreende-se nessa vertente o fato de que não são todas as variações possuidoras de significado social, mas que qualquer variação pode, em algum momento, adquiri-lo. Essa significação social, por sua vez, não é precisa ou fixa, constituindo, entretanto, um campo de significado potencial – indexal – ou um conjunto de significados relacionáveis ou relacionados, de modo que qualquer um deles possa ser ativado no momento da interação verbal. As conexões ideológicas podem, desse modo, na dinamicidade do campo, em processo contínuo de transformação, alterar essa rede de significados. Assim, “é essa natureza indireta das ligações ideológicas que dão vida à terceira vertente dos estudos da variação, uma vez que permitem que as variáveis sejam um recurso disponível não só para reclamar significados sociais preexistentes, como também para construir novos significados” (MANGABEIRA, 2016, p. 59).

Em relação ao aspecto estilístico, a variação era compreendida como ajustes situacionais feitos pelo falante no uso da língua e de suas variantes. A autora critica o posicionamento dos

linguistas, que ficam “nervosos”, como propõe, frente à ideia de estudar o indivíduo. Porém, “o indivíduo é a chave para muito do que precisamos aprender, mas somente na medida em que a prática individual é vista em relação ao seu papel na comunidade de prática” (ECKERT, 2005, p. 17). É possível depreender, portanto, nessa perspectiva, que a prática estilística pode ser vista como uma combinação de recursos existentes para a construção de um estilo próprio/pessoal. O uso desses recursos é redimensionado e passa por uma etapa de ressignificação, deixando o status de coisa para ser uma prática, “bem como a linguagem, e é nessa prática que as pessoas criam significados sociais e os associam a múltiplos recursos simbólicos, dentre eles, as variáveis linguísticas” (MANGABEIRA, 2016, p. 60).

Apesar de individuais, esses estilos não podem ser vistos como isolados em relação ao meio social, mas, ao contrário, ganham significados em meio a outros estilos individuais na comunidade de prática na qual estão inseridos. Tal prática está vinculada, então, à construção de tipos sociais, ou *personas*, reificadas nas categorias sociais locais, sempre opostas a outras categorias sociais locais.

Quadro 3 - Características da terceira onda (Adaptado de Hora e Witzels (2011, p. 164))

Terceira onda de estudos da Sociolinguística
<ul style="list-style-type: none"> • Estudos etnográficos das práticas das comunidades; • Categorias locais resultantes da construção de instâncias comuns; • Indexação de variáveis a estâncias, atividades, características; • Estilo como construção de <i>personae</i>.

Fonte: elaborado pelo autor.

É imprescindível, portanto, que exista legitimidade das variáveis linguísticas e estilísticas no interior de uma comunidade de prática. Isso só é possível quando há negociação contínua entre os participantes. Se um indivíduo alcança legitimidade, consegue, de igual modo, poder simbólico nas negociações cotidianas, uma vez que pode acessar recursos simbólicos necessários à negociação, por meio do capital de valor, como propõe mangabeira:

Ao afiliar-se a uma comunidade de prática, ou seja, por meio do engajamento mútuo, afiliação ou imaginação; os participantes negociam uns com os outros, por meio de um repertório compartilhado de artefatos simbólicos e reificações, suas identidades de participação [...]. Ao participar da prática da comunidade, seus membros lançam mão de diversos recursos simbólicos reificados na comunidade, incluindo trajetórias de participação icônicas e/ou estereotipadas e variáveis linguísticas que [...] são reificados na comunidade em gêneros discursivos, sendo atualizados e ressignificados na construção de enunciados concretos que lhes permite participar verbalmente da prática de sua comunidade” (MANGABEIRA, 2016, p. 67).

Bell (1984), em relação ao aspecto estilístico da variação, propõe que estilo é equivalente a uma resposta de um falante ao seu público/interlocutor. Entretanto, outros elementos não

diretamente relacionadas à audiência propriamente dita, também, em conjunto, exercem grande força sobre a variação linguística, como o tópico discursivo e o que chama de configuração discursiva, isto é, as situações de fala propriamente ditas. Para o autor, as variações estilísticas são, em geral, responsivas, como dito, mas podem, além disso, funcionar de modo iniciativo, quando, segundo Bell (1984), elas próprias redefinem a situação existente.

O autor, em reflexão à perspectiva estilística laboviana, propôs que a atenção seria apenas um mecanismo por meio do qual outros elementos afetariam o estilo linguístico dos falantes. O autor destaca que os falantes podem dedicar atenção deliberada à produção de qualquer estilo. Sendo assim, a atenção prestada à fala seria apenas um intermédio entre a situação e o estilo propriamente dito, não podendo ser confundida com o que chamou de força motriz para a variação. Nessa concepção, Bell (1984) aponta o interlocutor como sendo essa força motriz da variação estilística.

Em pesquisa baseada em quatro apresentadores de duas estações de rádio na Nova Zelândia, Bell (1984) confirma que todos mudaram sistematicamente seus estilos linguísticos para mais próximos do padrão em uma estação e, quando em transmissão na outra estação, alternavam para formas mais distantes do padrão, supostamente típicas da fala de uma audiência com um status social mais baixo. O autor defende que os tópicos discursivos, o cenário, o grau de atenção e todos os elementos que podem atuar nessa variação estariam em pleno funcionamento para que a alternância ocorresse.

O modelo de pesquisa de Bell (1984) evidencia que o falante molda o seu estilo em função de seu interlocutor ou, em suas palavras, seu destinatário. Assim, observou que os falantes revelam uma capacidade de moldar seu estilo em fala em razão da audiência na qual se encontram, o que revela a variação estilística como sendo reflexo do social. O autor destaca não só o papel que seu destinatário ocupa nesse processo, mas, também, o de outros indivíduos que compõem a(s) situação(ões) de fala, sendo estas, assim, compostas por destinatários conhecidos, ratificados e interpelados; conhecidos e ratificados; conhecidos e não ratificados; ou ainda desconhecidos. E todos esses destinatários exercem, segundo o autor, maior ou menor pressão sobre a variação estilística. Para mostrar essa variação, Bell (1984) analisou a fala dos locutores de duas rádios da Nova Zelândia, tendo como objeto a realização do /t/ intervocálico em duas diferentes rádios, as quais tinham públicos diferentes uma da outra. Assim, o autor pôde constatar a diferença significativa na fala desses mesmos locutores nos diferentes ambientes.

O telejornal a partir do qual se constitui a amostra desta pesquisa tem episódios com duração média de 45 minutos, se levados em consideração os três intervalos comerciais com cerca de dois minutos cada. É exibido de segunda a sábado e aborda temas variados, sendo alguns deles repetidos do Bom Dia ES – primeiro telejornal da emissora ao longo do dia – e com algumas matérias novas, sobre fatos ocorridos ao longo da manhã. Apesar de ter um histórico de maior formalidade e frieza – quando comparado a telejornais de outras emissoras –, o ESTV 1ª edição vem, ao longo dos anos, no fluxo da Rede Globo, buscando maior proximidade e afetividade com seu público telespectador, o que se discute em maior detalhes nas próximas seções desta pesquisa.

Esta pesquisa se afilia à ideia de que a variação linguística em xeque, a alternância pronominal de 1PP, ocorra no ESTV 1ª edição em função tanto dos locutores, quanto do sexo/gênero dos falantes e da combinação entre tópicos discursivos, dos cenários (internos e externos) e, claro, dos interlocutores.

3.2 CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA

A amostra do Português falado pelos interlocutores do telejornal ESTV 1ª Edição, organizada pelo próprio autor desta pesquisa, a partir de gravações de áudio dos episódios diários, sob a coordenação da professora Lilian Coutinho Yacovenco, é composta por 27 gravações de 30 minutos a 1 hora e 20 minutos, exibidas no intervalo de 17 de junho de 2019 a 13 de Junho de 2020. Além disso, com vista à obtenção de maior simetria quantitativa possível em relação às sequências discursivas, foram gravados todos os casos de entrevista no estúdio no ano de 2018 – num total de doze entrevistas, sendo 05 delas com candidatos ao governo do estado do Espírito Santo nas eleições daquele ano, com duração de 05 a 20 minutos – e todos os casos de entrevista no estúdio no ano de 2019 – totalizando 08 entrevistas, contando com os casos que já contemplavam as gravações completas. Ao final, obtiveram-se 47 gravações. Todas essas gravações somam exatamente 34 horas, 37 minutos e 36 segundos de gravações transcritas.

A seleção de datas para gravação dos episódios completos foi totalmente aleatória, tendo em vista os objetivos desta pesquisa. Mesmo que houvesse planejamento dos episódios a serem gravados, por se tratar de um programa televisivo transmitido ao vivo, não haveria grandes diferenças nos resultados, considerando-se o fato de serem, na maioria das vezes, os mesmos âncoras a mediar as notícias diárias. Inicialmente, não era prevista a necessidade de

gravações de entrevistas avulsas, porém, com a pouca ocorrência de entrevistas nos episódios gravados, verificou-se a importância da coleta.

Uma das questões mais interessantes de amostras desse tipo é a existência plena do denominado paradoxo do observador, como propõe Labov (2008 [1972], p. 244). Em uma pesquisa sociolinguística, objetiva-se entender como os falantes falam em situações, quando não estão sendo observados. Entretanto, a obtenção de dados para análise sociolinguística só pode, por outro lado, ser apreendida por meio de observação sistemática. O observador depara-se, portanto, diante de um paradoxo: como obter dados vernaculares em situações em que os falantes sabem que estão sendo gravados e, portanto, monitoram sua fala? Os jornalistas, por serem apresentadores de telejornal e estarem diante de câmeras, agindo em função de sua audiência e da identidade da instituição ali representada, têm plena consciência de que estão sendo observados. Quanto aos demais participantes, entrevistados, no caso, considera-se o fato de que a própria situação discursiva e os tópicos discursivos façam com que ocorra a variação. Desse modo, como já apresentado em outras ocasiões aqui neste texto, interessa-nos observar como que, nesta condição de suposto maior monitoramento linguístico e comportamental, se dá a variação entre os pronomes pessoais de 1PP. Após a coleta, transcrição e codificação, os dados foram submetidos ao programa computacional GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) com o objetivo de quantificar estatisticamente o material para possibilitar sua análise. Tecidas as considerações em torno da constituição da amostra desta pesquisa, é preciso destacar outras etapas do trabalho, em que se definem conceitualmente as variáveis dependente e independentes aqui dispostas.

3.3 VARIÁVEL DEPENDENTE

De acordo com Mollica (2013, p. 11), mencionada anteriormente, uma variável é dependente pelo fato de ser condicionada por diversos fatores para ocorrer no discurso, fatores esses de natureza social ou linguística. No caso desta pesquisa, tem-se como variável dependente a variação de 1PP, representada pelas formas pronominais *nós* e *a gente*, utilizadas por falantes do PB e, também, por ser um subconjunto dessa variedade, no contexto do telejornal ESTV 1ª Edição, em casos tais quais os exemplificados abaixo, que evidenciam a possibilidade de ocorrências diversas das formas pronominais.

a) *nós* estamos fazendo enquanto prefeitura.

- b) *nós* mostramos isso numa reportagem.
- c) *a gente* mostrou que a esperança do casal.
- d) Johnny preparou essa reportagem *pra gente*
- e) estão *nos* ajudando.
- f) o funcionário *nosso*

Nesse sentido, vale destacar que formas imperativas da amostra aqui utilizada, como em *Vamos ver na reportagem*, foram desconsideradas, tendo em vista a não variação, ocorrendo, sim, apenas a forma canônica, além de casos como os descritos abaixo, considerando o fato de que não houve equivalentes com o *a gente*.

- a) o *nosso* prejuízo financeiro.
- b) aos *nosso*s funcionários e professores
- c) aqui no *nosso* estado
- d) mais significativas na *nosso*a sociedade

A análise da variável dependente se deu em todas as funções sintáticas em que ocorreu, como supracitado, sendo elas a de sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, adjunto adnominal, agente da passiva e adjunto adverbial, tendo sido essas quatro últimas funções denominadas “outras funções sintáticas” nas rodadas e nas análises feitas adiante.

3.4 VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram consideradas as seguintes variáveis independentes: *o papel social* dos falantes (âncora, repórter de rua ou entrevistado); o sexo (masculino ou feminino); a sequência discursiva (dialogal, argumentativa, narrativa e descritiva); o *tópico discursivo* (policialidade, entretenimento, esporte e política); a *função sintática* da variável dependente (sujeito, objeto direto, objeto indireto e o grupo das outras funções);, os *interlocutores*, ou seja, com quem se fala (jornalistas âncoras, repórteres de rua, pessoa pública, cidadão comum, profissional, político ou telespectador); os tempos verbais e os graus de saliência fônica, sobre as quais se discutirá nesta seção.

3.4.1 Papel social (âncora, repórter de rua ou entrevistado)

Há, na amostra coletada, pelo menos três tipos de falantes, ou melhor, três papéis sociais ocupadas por eles, sendo a de (i) jornalista âncora, que fica no estúdio mediando o contato com os outros interlocutores e com o telespectador; (ii) repórter de rua, sujeito responsável por fazer as reportagens e entrar em contato direto, mais próximo e físico, com os entrevistados e instituições sociais em ambientes externos, nas comunidades e em espaços públicos/privados; e, por fim, (iii) entrevistado, que pode ser um cidadão comum em situações cotidianas, em filas de hospitais, em situação de violência, de entretenimento, de trânsito e qualquer outra situação reportada pelo jornal, ou algum profissional, como médico, advogado, economista, em situação de entrevistas externas, além de autoridades, como prefeitos, governadores etc.

Parte-se, neste estudo, do princípio/hipótese de que todos esses indivíduos, em seus respectivos papéis sociais, utilizam o espaço de fala não só para perguntar/responder, comentar ou apresentar pontos de vistas sobre determinados fatos e situações, mas, também, para a construção de suas próprias identidades no momento de fala, cada um com seu próprio objetivo e necessidade quanto a essa difícil tarefa.

Conforme discutem Freitag, Martins e Tavares (2012, p. 923), sobre o terceiro ciclo da Sociolinguística Variacionista, o estilo é identificado como o “modo como os falantes combinam variáveis para criar modos distintos de fala, que fornecem a chave para a construção de identidade”. Fala-se ainda sobre a necessidade de um determinado “tempo e continuidade suficiente para convencionar a relação entre uma variável e um significado social”. Isso é o que, conforme se propõe aqui, acontece com a alternância pronominal de 1PP entre os interlocutores do telejornal ESTV 1ª Edição. Assim, ainda de acordo com os autores acima, “um contínuo de convencionalização acompanha um contínuo de intencionalidade, num processo que torna o sujeito agente dos processos sociais que constroem sua própria identidade” (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, p. 924).

Tendo em vista, portanto, a configuração institucional da Rede Globo – aquela de *A gente se vê por aqui* – e seus telejornais e, principalmente da TV Gazeta – *É a gente com você* – acredita-se que, na maior parte dos casos, os jornalistas (âncoras e correspondentes) favoreçam o uso de *a gente* em detrimento de *nós*, uma vez que buscam tanto se adaptar ao público, sendo uma espécie de voz representativa de um povo adepto à forma inovadora, como visto nos trabalhos

de Mendonça (2010) e de Foeger (2014), quanto da imagem e identidade da instituição, que visa de modo crescente à aproximação com o público telespectador.

Além disso, quanto aos repórteres de rua, pressupõe-se que, na maioria dos casos, haja favorecimento da forma inovadora, tendo em vista, primeiro, sua afiliação institucional à TV Gazeta e o contato frequente com os entrevistados, que, por sua vez, são, majoritariamente, cidadãos comuns, como aqui foi denominado. Visando, também, à aproximação e à adaptação, os repórteres tendem, como se acredita, a se igualar ao que supostamente é sua audiência, representada pelo sujeito com quem dialogam nos momentos de entrevista. Por fim, espera-se que os entrevistados desfavoreçam o uso da forma inovadora, uma vez que se encontram em uma situação comunicativa especial, diferente de uma entrevista sociolinguística, por exemplo, dado o grau de exposição de sua fala, e pela fala a um jornal representar um momento de publicização de sua imagem, o que deve, supostamente, se aproximar o máximo possível do padrão.

Por meio da análise dos dados, em conjunto com as outras variáveis selecionadas, será possível verificar e descrever os efeitos da audiência – ou dos interlocutores – e do papel social dos falantes na variação *nós/a gente*. Isso posto, é possível prosseguir para o próximo elemento.

3.4.2 Sexo

Apesar de, em sociedades ocidentais, haver cada vez menos distinção entre o que se considera como vocabulário adequado aos homens ou às mulheres, conforme propõe Paiva (2013), não se deve desconsiderar o fato de que o (des)favorecimento de determinadas variantes em diversos fenômenos de variação ou de mudança linguística sofrem influência do fator sexo. A autora faz referência a diversos estudos relacionados a esse fator, entre os quais o de Fischer (1958), em que o autor verifica o maior uso da pronúncia de maior prestígio social, a velar, do sufixo *-ing*, indicativo de gerúndio, na fala feminina.

O estudo de Scherre (1996) também é citado como exemplo de importância do fator sexo/gênero sobre a variação na concordância entre os elementos do sintagma nominal. Contatou-se, nesse estudo, que a forma de maior prestígio social, isto é, a presença de plural em todos os elementos do sintagma, era favorecida também na fala das mulheres. Paiva (2013, p. 35) chama atenção para as distinções quanto aos modos de socialização e como podem influenciar nos estilos interacionais. Sobre isso, entende-se que os homens, em geral, tendem a

um estilo mais independente, a uma posição que lhe garanta prestígio, ao passo que as mulheres direcionam a conversa de modo mais solidário, em busca de um envolvimento com e do interlocutor.

Ainda de acordo com Paiva (2013), as mulheres tendem, diante de uma forma inovadora e de prestígio, a liderar o processo de mudança linguística, enquanto os homens se comportam de modo mais conservador. Em contrapartida, quando há uma nova forma linguística que não carregue prestígio, as mulheres tendem a conservar a forma canônica, e os homens tendem ao comportamento oposto, liderando o processo de mudança. Assim, verifica-se, de modo amplo, a sensibilidade das mulheres quanto ao (des)prestígio em relação ao uso da língua atribuído pela comunidade linguística. Nem por isso, conforme propõe a autora, deve-se isolar essa variável, uma vez que pode esconder outros aspectos inerentes aos processos de variação e de mudança, devendo sempre ser combinada a outros fatores sociais, além dos linguísticos.

Apesar de haver muitas pesquisas que demonstram a liderança feminina nesses processos, Labov (2008, p. 347) aponta como um erro formular um princípio nessa direção. Em citação à pesquisa de Trudgill (1971), propõe que “a generalização correta, então, não é a de que as mulheres lideram a mudança linguística, mas sim que a diferenciação sexual na fala frequentemente desempenha um papel importante no mecanismo da evolução linguística” (LABOV, 2008, p. 348). É importante acrescentar ainda que

No estudo da correlação entre gênero/sexo e mudança linguística, um aspecto a considerar é o valor social da variante inovadora. Um processo de mudança pode ser a instalação de uma forma prestigiada socialmente ou de uma forma estigmatizada, que infringe padrões linguísticos vigentes. A distinção entre esses dois tipos de mudança permite definir com maior clareza o papel da variável gênero/sexo nos processos de mudança (PAIVA, 2013, p. 36)

Nesta pesquisa, então, deve-se, primeiro, verificar o papel dessa variável no uso das formas pronominais em estudo para que se constate ou não a tendência de favorecimento por parte das mulheres ao uso de *a gente*, forma inovadora que, conforme acredita-se, não porta estigma nem prestígio social quando comparada a *nós*. Acredita-se, portanto, que, assim como nos estudos citados acima, as mulheres favorecerão, na amostra aqui utilizada, o uso de *a gente*. Além disso, pretende-se evidenciar como essa variável se comporta quando relacionada aos outros fatores selecionados.

3.4.3 Sequências discursivas

Back et al. (2007) propõem que as sequências discursivas ocupem um importante espaço em pesquisas sociolinguísticas variacionistas no que consideram mais discursivo. As autoras diferenciam, em primeiro momento, sequências de gêneros discursivos, de modo que estes se constituem de usos reais das estruturas linguísticas, ao passo que as sequências, aqui também entendidas como equivalente a tipos textuais, “são estruturas convencionalizadas de que o falante dispõe na língua para organizar o seu discurso, marcadas por características como tempo, modo e aspecto verbal, pessoa do discurso em referência, unidades sintática e semântica predominantes”. (BACK, et al, 2004, p. 1). Apresentam-se, ainda no trabalho das autoras, três tipos de sequências discursivas, as *narrativas*, as *descritivas* e as *argumentativas*. Nesta pesquisa, além dessas três categorias citadas pelas autoras, acrescenta-se, ainda, a sequência denominada *dialogal*, tendo em vista a necessidade de caracterização de um tipo marcante nos dados transcritos das gravações dos jornais.

As *sequências narrativas*, assim como a tipologia textual narrativa, é caracterizada por relatos, apresentação de fatos ocorridos em determinado tempo/espaço, e que envolvem o falante ou pessoas com as quais se envolveu direta ou indiretamente. De acordo com as autoras, “pode-se dizer que a narração é um trecho constituído por relatos verbais (predominantemente) de fatos, acontecimentos ocorridos no passado, e que podem se prolongar por um determinado tempo, em que aparecem ambientes, pessoas e uma sucessão temporal” (BACK et al., 2004, p. 2). No caso deste trabalho, foram considerados enunciados narrativos todos os semelhantes aos que seguem:

- a) *A gente fez contato pela manhã pra saber sobre o motorista e inclusive os outros garis que também tavam no caminhão e também se feriu nesse acidente, mas ninguém da empresa atendeu a gente pra falar sobre o assunto.*
- b) *Eu já tive a oportunidade, até aqui mesmo, em 2010, nós fomos, pedimos recursos à empresa, a empresa concedeu recurso, via direção nacional do partido, doação legal, e a investigação uma hora vai comprovar isso, e a população capixaba conhece como eu conduzo a minha vida, como eu faço campanha.*
- c) *O Gabriel teve morte cerebral, a gente mostrou aqui no ES1. Ele ficou nove dias internado depois do acidente que matou os pais e o irmão dele.*

As *sequências descritivas*, por sua vez, caracterizam-se por trechos em que se faz um detalhamento acerca de um fato, de uma pessoa ou de um objeto. É possível encontrar diversas definições do que seja uma descrição. Para Cavalcante (2014, p. 70), esse tipo textual “centra-se na caracterização de objetos, pessoas, de modo subjetivo ou objetivo, tendo como peculiaridade a ausência de ações. Em constituição, observam-se o predomínio de formas nominais, de adjetivos”. Normalmente, no caso da pesquisa aqui proposta e dos dados coletados para tal, a descrição se mantém, em geral, atrelada a fatos, uma vez que, por terem sido extraídas de um jornal, constituem a fala de pessoas acerca de situações ocorridas, sejam assaltos, acidentes de trânsito, eventos ocorridos nas cidades etc. É possível, ainda, que haja sobreposição de sequências do tipo descritivas e narrativas, conforme BACK et al (2007), trechos esses que, nesta pesquisa, foram caracterizados como narrativos. Abaixo, apresentam-se exemplos de enunciados descritivos nos dados coletados para desenvolvimento desta pesquisa:

- a) *A gente já é pobre e perder o bem que A GENTE é/conquistamos trabalhando. A gente/é tá todo mundo com medo.*
- b) *Allan Kardec é o médico que a gente deu aqui. ele foi acusado de importunação sexual por quatro mulheres. Falcão tem os detalhes dessa história, né, Falcão?*

Devem-se considerar, ainda, as *sequências argumentativas*, que têm o propósito de “defender um ponto de vista, uma tese, e os argumentos para sustentá-la vão sendo gradativamente apresentados” (CAVALCANTE, 2014, p. 67). Na mesma direção, Back et al. (2004, p. 4) apresentam que essas sequências “costumam ser definidas como exposições ou justificativas do ponto de vista do falante sobre determinado tema”. As autoras defendem, porém, que não é interessante ou recomendável utilizar apenas pistas linguísticas para determinar uma sequência discursiva, uma vez que é muito comum, como já citado nesta seção, a sobreposição de tipos textuais. No caso desta pesquisa, foram considerados enunciados de cunho argumentativo, todos os semelhantes aos que seguem:

- a) *Porque a gente defende ela como uma política. O governo vai, politicamente, trabalhar com os seus representantes no nível nacional que pautem essa alteração que é uma alteração no Artigo 144 da Constituição, porque a gente entende que não é possível fazer uma segurança com o atual sistema das duas polícias.*
- b) *A previdência estadual não para de crescer porque nós temos um problema do passado, tá certo, que, a partir de 2004, foi corrigido. Então, assim, pra que você tiver a migração dos servidores novo, você tem, vai ter esse problema que nós temos hoje..*

- c) *Muito grande, não é? É/nós temos que aceitar as viagens, né? Senão **a gente** perde a taxa de aceitação, a nossa pontuação cai e **a gente** não sabe quem é que tá entrando, né?*

Por fim, foram elencadas nesta pesquisa as sequências do tipo *dialogal*, caracterizadas por marcas linguísticas e contextuais de invocação ao interlocutor, de breves comentários acerca do que se fala em cada parte do jornal, trechos em que um falante clara e diretamente espera uma resposta em concordância (ou não, raramente) de seu interlocutor. Conforme propõe Moreira (2018, p. 254), esse tipo de sequência “realiza-se nos segmentos de discurso interativo dialogado, por isso seus segmentos correspondem a turnos de fala”.

Adam (1992) defende a presença de dois tipos de segmentos numa sequência dialogal: o fático, relacionado à abertura e/ou encerramento do turno de fala; e os chamados transacionais, isto é, o corpo do diálogo, em geral, com pergunta/resposta, pedido/(não)concordância, convite/(não)aceitação etc. Enunciados como os seguintes foram enquadrados nesta pesquisa como dialogais:

- a) *Tem imagem **pra gente**? Pode colocar, Paulinho, algumas fotos que **a gente** recebeu? Vou começar com essa foto aqui, é do interior de Guarapari. Quem mandou essa imagem **pra gente** foi o Márcio Ferrari.*
- b) *Claro que o desenrolar dos fatos você vai acompanhando no decorrer da tarde e também no ES2, logo mais 7 da noite estarei aqui com vocês então. Boa tarde pra você e daqui a pouco **a gente** se encontra no ES2. Beijo, até lá!*
- c) *Quem fez esse registro mandou a foto **pra gente** foi a Edinalva. Obrigada, viu, Ednalva pela colaboração com **a gente** aqui.*

É importante destacar que, no escopo desta pesquisa, realizou-se a subdivisão dos tipos de sequências discursivas nas categorias *interno* e *externo*, de modo que, quando os interlocutores participantes de uma sequência encontram-se todos no estúdio do ESTV 1ª edição, classifica-se a sequência como interna (narrativa interna / descritiva interna / argumentativa interna / dialogal interna); e, quando todos ou apenas um dos interlocutores se encontra fora do estúdio, em gravação de reportagem ou de correspondência ao vivo, por exemplo, classifica-se a sequência como externa (narrativa externa / descritiva externa / argumentativa externa / dialogal externa). Há, assim, nesta pesquisa, oito tipos de sequências discursivas. Essa divisão entre sequências internas e externas se deu a partir da observação de comportamentos distintos dos participantes em relação ao cenário e, também, pela proposta de Bell (1984) de que o cenário

age sobre a variação estilística. Acredita-se que as sequências dialogais, tanto interna quanto externa, favorecerão a ocorrência da forma pronominal inovadora, ao contrário do que deve ocorrer com as sequências argumentativas.

3.4.4 Tópico discursivo

Para o desenvolvimento desta pesquisa, considerando o que normalmente se assiste nos telejornais locais e, principalmente no telejornal selecionado, faz-se uma subdivisão dos tópicos para viabilizar a codificação dos dados. São eles (i) policial, (ii) cidade, (iii) entretenimento, (iv) esporte, e (v) política. Abaixo, seguem enunciados referentes a cada um desses tópicos elencados:

- (i) policial: ***Ficaríamos** o tempo necessário. A gente utiliza essa temática ao nosso favor em questão do ganhar tempo. Ele é algo fundamental dentro do trabalho de negociação, dentro daquilo que a gente faz, na área de gerenciamento de crise. Então, não importa a quantidade de tempo, não importa o girar do relógio. A polícia está ali representada pela Companhia Independente de Missões Especiais, da equipe de negociações, e só sai dali com o desfecho, eh...naquela situação, o desfecho positivo, usando ali a técnica de negociação.*
- (ii) cidade: *a gente vem falando aqui no ES 1 sobre o risco do Coronavírus entre os moradores de rua. Só aqui em Vitória a secretaria Municipal de saúde disse que já são 10 casos confirmados, veja bem, antes de ontem, a gente falou sobre esse assunto, eram 3 casos ontem **falamos** de novo, eram 8 casos, hoje, já são 10 casos confirmados. É um número que a pastoral que atende essa população disse que já pode ser bem maior, viu? Afinal, são poucos os que conseguem fazer o exame que confirma a doença.*
- (iii) entretenimento: *A gente mostrou aqui o clima tenso no bairro Central Carapina, na Serra. A gente também sempre fala... Gente, eu preciso falar uma coisa: eu vi você ontem. Deixa eu dar um abraço nele primeiro, um abraço em nome do programa. Você encantou o Brasil inteiro, o ES inteiro. Eu te assisti ontem, chorei com você, porque você chorou. Nossa, menino! Chorou muito!*

- (iv) esporte: *A gente sabia que ele tinha um talento muito grande [para o futebol] / Ele mandou um recado pra todos nós.*
- (v) política: *São os investimentos que nós podemos fazer. A gente sabe que quem sofre com isso são os moradores.*

A proposta deste estudo, mais uma vez, se vincula à ideia de proximidade/distância, ou seja, de que tópicos discursivos de maior vínculo entre os interlocutores favoreçam a forma pronominal inovadora, em detrimento do cânone *nós*. Tal qual as sequências discursivas, o conteúdo temático, pressupostamente, deve se comportar de modo semelhante, uma vez que as situações comunicativas são constituídas por gêneros.

Nesse aspecto, por exemplo, espera-se que os conteúdos temáticos policial, cidade, entretenimento e esporte, por serem assuntos que envolvem diretamente todos os interlocutores, incluindo os telespectadores do telejornal, por diversas razões, favoreçam *a gente*, enquanto política favoreça *nós*. Isso pode ocorrer devido, (i) em termos labovianos, a uma situação de maior monitoramento linguístico; (ii), na perspectiva de Bell (1984), ao momento de adaptação à audiência, composta, diretamente, pelos participantes presentes e, indiretamente, pelos telespectadores; e (iii), conforme propõe Eckert (2000), à possibilidade de construção e manutenção das identidades.

3.4.5 Função sintática

Para o estudo aqui proposto, foram consideradas, durante a codificação dos dados, as ocorrências dos pronomes pessoais de 1PP em todas as posições sintáticas em que ocorreram, sendo elas sujeito, objeto direto, objeto indireto e o que se denominou, neste estudo como “outras funções” – classe constituída pelos adjuntos, pelo complemento nominal e pelo agente da passiva.

Conforme destaca Foeger (2014, p. 87), ocorre uma inserção crescente do *a gente* no sistema pronominal, resultante de um “uso significativo em posições antes ocupadas predominantemente pelo pronome *nós*, como é o caso do possessivo na função de adjunto adnominal”, em referência ao *nosso/nossa*, como em *É uma honra poder contar **nosso** plano*

de governo /que realmente merece atenção da gente. No entanto, acredita-se que esses usos, nos dados a serem aqui analisados, sejam relativamente poucos em comparação com outras posições sintáticas.

A posição de sujeito é a mais frequente para o uso desses pronomes, uma vez que, conforme já propôs Omena (1986, p. 288), trata-se de uma “característica dos pronomes pessoais, em geral, pois, envolvendo pessoas do discurso, os pronomes veiculam informações velhas mais comumente na posição de sujeito”. Por esse motivo, esta deve ser a função selecionada para fazer as rodadas de análise, tendo em vista o maior número de dados.

Abaixo, dispõem-se os exemplos de ocorrências dos pronomes elencados nas funções sintáticas citadas:

- a) sujeito - A gente não conseguiu informações sobre o estado de saúde dela. / Nós questionamos a Polícia.
- b) Objeto direto – Marta que sempre encheu a gente de orgulho. / nos fortalecemos com a comunidade
- c) Objeto indireto - Ele parou pra conversar com a gente. / vai nos explicar um pouquinho mais.
- d) Outras funções (adjunto adnominal, nestes casos específicos) -Vários moradores procuraram nossa equipe. / Olha, corta o coração da gente.

Os casos de adjuntos adnominais, classificados nesta pesquisa como *outras funções sintáticas*, do tipo “pra **nosso** cliente ter condição”, “**nosso** colega Johnny Silva”, “é mortal em **nossa** comunidade” não foram considerados, uma vez que representam praticamente a totalidade dos casos, não havendo estruturas do tipo “cliente da gente”, “colega da gente” ou mesmo “comunidade da gente”. Além disso, casos de *a gente* na posição de sujeito em orações subordinadas substantivas predicativas, como em “o ideal é que a gente respeite essa doença” também não foram considerados, pelo fato de não haver estruturas equivalentes com *nós*.

Espera-se mapear, com base na amostra coletada, como que, em relação aos outros grupos de fatores, a função sintática dos pronomes em xeque interfere na variação. Além disso, é possível pressupor que a posição de sujeito seja a que contenha maior número de dados, mas que, não necessariamente, seja a que mais favoreça o uso da forma pronominal inovadora.

3.4.6 Interlocutores

Entendendo a variação linguística também como uma resposta aos interlocutores nas situações comunicativas, este trabalho se fundamenta na ideia de que, em consonância com questões relativas ao cenário (interno ou externo ao estúdio do telejornal), aos locutores, tópicos discursivos, os interlocutores constituam um elementos importantes para a variação pronominal em tela, segundo o *design* de audiência proposto por Allan Bell (1984). Nessa concepção, entende-se que a variação estilística resulta da adaptação às características de uma audiência presente ou não para produzir / alterar / agir em relação a um contexto comunicativo ou (co)responder à situação. Segundo Bell (1984), a influência do interlocutor sobre o falante é proporcional à participação/presença daquele na situação, de modo que, quanto mais próximo, mais ratificado e mais conhecido o interlocutor seja do falante, mais ele age sobre o estilo de fala.

Sendo assim, pode-se dizer que, na concepção do autor, considerando os interlocutores presentes nas situações verificadas, uma classificação possível seria entender os jornalistas âncoras, os repórteres e todos os entrevistados (pessoas públicas, profissionais e cidadãos comuns) como destinatários mais conhecidos, mais ratificados e mais endereçados, ao passo que os telespectadores se posicionam como auditores, isto é, àqueles cuja participação na interação é mais conhecida, mais ratificada, porém menos endereçada em comparação com os primeiros interlocutores. Por isso, torna-se necessário compreender que, ao mesmo tempo em que os telespectadores atuam como uma espécie de base para a adaptação estilística que se faz no telejornal como um todo, eles se mostram como menos influentes quando comparados aos interlocutores que efetivamente constituem a situação comunicativa concreta durante a elaboração das matérias exibidas.

Apesar de parecer uma tarefa simples, encontrar uma definição para *audiência* no escopo de pesquisas sociolinguísticas é algo desafiador. Em primeiro momento, é possível imaginar que audiência seja simplesmente o grupo de pessoas que escutam ou assistem a determinada fala, apresentação ou eventos do tipo. Vizeu (2005) apresentou como audiência presumida, ou seja, aquela já previamente considerada pelos jornalistas, foco deste estudo, para elaborar os programas jornalísticos. Segundo o autor,

Os jornalistas constroem antecipadamente a audiência a partir de uma cultura profissional, da organização do trabalho, dos processos produtivos, dos códigos particulares (as regras de redação), da língua e das regras do campo das linguagens para, no trabalho da enunciação, produzirem discursos (VIZEU, 2005, p. 13-14).

Além dessa ideia de audiência presumida, idealmente passiva, há o que se entende por audiência potente, isto é

Definida como um agente que se envolve ou é envolvido nos processos, nas práticas e nas rotinas jornalísticas possuindo: capacidade de propagação da informação, não necessariamente notícia, capacidade de ação, possibilitada pelo acesso aos meios de produção; capacidade de transformação, na medida em que muda sua forma de ação e de comportamento ao longo do tempo, dependendo de condições culturais, econômicas, sociais, tecnológicas, dentre outras; e capacidade de amplificação, ao ressignificar o conteúdo, por meio de comentários, opiniões e novos olhares sobre o assunto (MESQUITA, 2014, p. 7).

Acredita-se que, na constituição de um jornal, pensando na audiência, os produtores, os jornalistas âncoras e os jornalistas correspondentes (ou de rua) consideram, mesmo que inconscientemente, seu público tanto na perspectiva mais passiva, quanto na perspectiva mais participativa. Usa-se, aqui nesta pesquisa, *audiência* como sinônimo de *interlocutores* (mesmo que não haja diálogo direto entre os participantes) ou *com quem se fala* – na medida em que o jornal é feito para sua audiência, com diálogos direcionados, em geral, a essa mesma audiência. O trabalho de Bell (1984) foi justamente baseado em programas jornalísticos, de rádio, de modo que precisou explicar como ocorreria a variação estilística nesse contexto. Assim sendo, o autor pontuou a necessidade de a instituição jornalística satisfazer a expectativa de seu público, ou audiência, de identificar-se com ele e persuadi-lo.

A dimensão da resposta estilística na linguagem do comunicador reflete o poder do público de desligar o receptor e rejeitar uma corrente. Os comunicadores precisam persuadir seus públicos, uma vez que a mídia depende do tamanho e composição do seu público. [...] os comunicadores convencem usando a linguagem como uma expressão de identidade compartilhada com o público. (BELL, 1984, p. 193)

Desse modo, consideram-se, neste estudo, todos os interlocutores das edições gravadas, sendo eles: i) o *telespectador*, ou seja, a audiência do ESTV 1ª edição; ii) o(a) *repórter de rua*, ou correspondente, que vai a diferentes lugares para transmitir as notícias em contato com os jornalistas âncoras; iii) algum(a) *profissional*, médicos, advogados, bombeiros, fiscais etc., em contextos de entrevistas, por exemplo; iv) os *jornalistas âncoras*, aqueles que ficam com a responsabilidade de apresentar o jornal a partir do estúdio; v) os *cidadãos comuns*, em contextos de entrevistas e reportagens, geralmente acerca de questões relativas às comunidades, trânsito, acidentes etc.; vi) algumas *pessoas públicas*, como atores e atrizes, cantores nacionais, em visita ao Espírito Santo, tanto em contexto de entrevista no estúdio quanto em situação de reportagens externas; e, por fim, vii) *políticos* que deram entrevistas ao jornal.

No caso desta pesquisa, acredita-se que os interlocutores políticos sejam os que mais favoreçam o uso de *a gente*, em detrimento do *nós*. Isso deve ocorrer porque, nesses casos, os âncoras são os locutores de todas as situações comunicativas, os quais, além de representarem uma instituição de *a gente*, se colocam como uma espécie de “voz do povo” frente às dúvidas e aos anseios das ações políticas. Além disso, os políticos são mais ratificados e, no momento da entrevista, podem ser entendidos como representantes da população geral, ou seja, daqueles que não estão presentes, justamente os eleitores, os que usam mais frequentemente *a gente*, de acordo com o que demonstram diversas pesquisas sociolinguísticas. Daí o maior favorecimento de *a gente* para esses interlocutores.

Os repórteres de rua, apesar de também representarem a mesma emissora, por estarem em contato com públicos muito variados, talvez não favoreçam tanto o uso da forma inovadora. Além disso, deve-se considerar o fato de que os locutores das situações com repórteres de rua são, basicamente, os entrevistados, que devem desfavorecer o uso da forma inovadora, por entenderem a situação discursiva como mais formal e que os usos linguísticos também tenham de ser mais formais.

3.4.7 Tempo verbal e saliência fônica

Para análise do tempo verbal, utiliza-se, neste estudo, a mesma proposta adotada por Scherre, Yacovenco e Naro (2018) de considerar as formas de pretérito imperfeito, pretérito perfeito e formas do presente, como se organiza abaixo. Não se faz a classificação entre as formas de futuro do presente e futuro do pretérito devido ao baixo número de ocorrências. No caso das formas nominais, considera-se o infinitivo pessoal, em ocorrências como *para a gente poder fazer*, pelo fato de estruturas como essa possuírem sujeito próprio.

Como saliência fônica, entende-se o grau de distinção fonológica entre 3PS e de 1PP. Naro e Lemle (1976) propõem que numa oposição entre singular e plural, as formas que apresentam grande distinção fônica, mensurada a partir de uma escala hierárquica, seriam mais vulneráveis à marcação explícita da pluralidade, ou seja, apresentariam menos possibilidade de não marcação do plural. Alguns tempos verbais apresentam maior distinção fônica e, por isso, os dois elementos devem ser considerados juntos nesta pesquisa.

Espera-se que, nos casos aqui em estudo, a forma inovadora seja favorecida em casos com menores graus de saliência, conforme apresentado abaixo. Com base na proposta de Scherre,

Yacovenco e Naro (2018) em relação à escala de saliência fônica, controlam-se, assim, neste estudo, formas nos tempos verbais:

- a) imperfeito (*nós morávamos / nós morava / a gente morava*);
- b) presente + ambíguo – saliente predominantemente (*nós moramos / nós mora / a gente mora*);
- c) presente - ambíguo e - saliente (*nós trazemos / nós traz / a gente traz*);
- d) presente – ambíguo e + saliente (*nós temos / nós tem / a gente tem*);
- e) pretérito perfeito + ambíguo e + saliente (*nós moramos / nós morou / a gente morou*);
- f) pretérito perfeito – ambíguo e – saliente (*nós trouxemos / nós trouxe / a gente trouxe*); e
- g) pretérito perfeito – ambíguo e + saliente (*nós tivemos / nós teve / a gente teve*).

Neste estudo, optou-se por não controlar a faixa etária dos participantes tendo em vista o fato de que âncoras e repórteres têm todos a mesma faixa etária, havendo distinção apenas para os entrevistados. Em caso de controle dessa variável, não seria possível distinguir se o que age sobre a variação estilística seria a faixa etária ou o locutor. Além disso, é possível identificar com certeza a idade de alguns participantes, e de outros, não. Assim, seria necessário o uso de suposições apenas para uma parte dos participantes do telejornal.

Quanto à concordância verbal, durante a transcrição e codificação dos dados, foram encontrados casos variados de concordância verbal, com e sem a presença do morfema padrão ‘-mos’. Buscando compreender o papel desse fenômeno na alternância pronominal do contexto do telejornal em questão, devem ser consideradas todas as ocorrências de nós e a gente com e sem a presença do morfema, em estruturas como:

- a) *Fomos até o bairro e preparamos uma reportagem (nós + ‘-mos’)*
- b) *Nós procuramos a polícia pra falar sobre esse crime (nós + ‘mos’)*
- c) *E nós duas que tava na frente, eu e minha prima. (nós – ‘-mos’)*
- d) *O que a gente pode dizer pra sociedade capixaba (a gente – ‘-mos’)*
- e) *e perder o bem que a gente conquistamos trabalhando. (a gente + ‘-mos’)*

A última forma, porém, a gente com o morfema ‘-mos’, representou uma parcela muito pequenas das ocorrências, com apenas 07 casos. Esse tipo de construção, segundo Scherre, Yacovenco e Naro (2018), em análise de diferentes amostras do PB, se mostrou pouco frequente, sem possibilidade de análise quantitativa. Trata-se de uma estrutura extremamente sujeita ao estigma urbano, principalmente em caso de sujeitos próximos e explícitos na sentença. Os autores analisam construções de nós com e sem o morfema ‘-mos’ (nós moramos / nós morou) e do padrão emergente, a gente sem ‘-mos’ (a gente mora / a gente morou) em quatro amostras diferentes do PB. Os resultados dos autores evidenciam que o elemento de restrição mais importante é o grau de saliência fônica, de modo que: “quanto maior a saliência fônica, mais a possibilidade de usar a forma com ‘-mos’ (SCHERRE, NARO, YACOVENCO, 2018, p. 428), o que fez com que não se controlasse a variável concordância, e somente a variável saliência fônica e tempo verbal.

Com isso, passa-se para a próxima seção, na qual se discutem aspectos relativos à constituição do (tele)jornal nacional e local no Brasil e as suas relações com a variação linguística. Em seguida, apresentam-se os resultados da pesquisa.

4 O TELEJORNALISMO E A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: A REPRESENTATIVIDADE EM CENA

4.1 70 ANOS DO TELEJORNALISMO NO BRASIL

Em 1808, no dia 22 de janeiro, desembarca no Brasil a família real. Vieram para terras brasileiras a Escola de Cirurgia, a Real Academia Guardas-Marinhas, a Fundação do Banco do Brasil, a Real Biblioteca e vários outros marcos da cultura europeia. Dessa bagagem trazida pelos colonizadores, surge, no dia 13 de maio do mesmo ano, a Imprensa Régia, conforme evidencia Gomes (2007). O primeiro jornal em terras nacionais tinha por objetivo veicular e promover a imagem da família Bragança e, até 1814, divulgaria basicamente o desenrolar de guerras europeias com enfoque nas vitórias de Napoleão Bonaparte.

No Rio de Janeiro, segundo Silva (2013), surge o Correio Braziliense, fundado por Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, impresso em Londres e trazido para o Brasil pelo fato de, em terras estrangeiras, haver maior liberdade para fazer críticas aos portugueses. Nesse período, “a palavra imprensa passou a ser usada por Hipólito para estabelecer um diálogo com as autoridades portuguesas, estabelecidas no país, e com todos os outros portugueses nascidos ou

estabelecidos no Brasil, a fim de incentivar a realização de mudanças positivas na sociedade brasileira” (SILVA, 2013, p. 52).

Durante esse processo, foi comum atribuir aos jornalistas o papel de educador, uma vez que os jornais, ainda de acordo com a autora, compensavam, de certo modo, a falta de escolas e de livros. Segundo Lutosa (2004), os jornais eram semelhantes a livros, já que tinham cerca de 100 páginas divididas em sessões, como artes, literatura, ciência, política e até correspondências. Após 1822, como Hipólito teoricamente havia conseguido contribuir para a realização de seu objetivo, um novo país, independente, o Correio Braziliense encerra as atividades. A produção jornalística, por outro lado, se intensifica, por meio de outros grupos, o que faz aumentar o interesse das pessoas pela leitura e pela atividade escrita. Com isso, há necessidade de alfabetizar esse grupo de novos leitores.

Ainda hoje, a linguagem jornalística é entendida pela maior parte das pessoas como exemplar da linguagem mais formal, mais culta. Desde os primórdios, a escrita jornalística buscou o rebuscamento e, segundo Silva (2013), visava à doutrinação do leitor, assim como ocorria na França. Bulhões (2007, p. 31) destaca que, atualmente, os moldes do jornalismo nacional provêm dos Estados Unidos, com afastamento do caráter literário em prol de uma suposta objetividade e imparcialidade, tendo em vista sempre a veracidade do que se veicula. Esse estilo jornalístico

Passa a ser implementado no Brasil a partir da década de 1900, quando Gilberto Freyre, diretor de redação de *A Província*, jornal de Recife, adota esse modelo para elaboração de seu jornal. Esse estilo começa a se disseminar no Ocidente, inclusive na França, a partir da década de 1950, quando passam a ser implantadas no Brasil outras características do jornalismo norte-americano, tais como o *lide*, o *manual de redação*, o *copy desk* (redator que escreve os textos uniformizando-os) e o *modelo de pirâmide invertida* de transmitir as notícias (as notícias mais importantes são transmitidas antes das notícias de menor relevância) (SILVA, 2013, p.53).

Evidencia-se, por meio desses apontamentos, o papel do jornal impresso, único meio de divulgação em massa de notícias acerca de variados setores sociais. Esse viés elitista dependia de provar-se digno de crédito aos escritores e às instituições responsáveis, o que se alcançaria principalmente por meio da formalidade do texto jornalístico, tendo em vista o fato de que tal formalidade “corresponde a usos monitorados por enunciador e enunciatário sujeitos a ensinamentos de língua escolar que toma por base um padrão de língua conservador” (SILVA, 2013, p. 53).

Nesse terreno é que, no início do século XX, o jornal começa a se expandir pelo Brasil e pelo mundo.

Em 18 de setembro de 1950, chegam ao país cerca de 100 televisores, fazendo com que se mescle a história da televisão à do telejornalismo brasileiro, tendo em vista que no dia seguinte ao descarregamento, em 19 de Setembro, é inaugurada a *TV Tupi*, com a transmissão do telejornal *Imagens do Dia*, que tinha duração indeterminada, com tempo necessário para exibir imagens sem nenhuma edição para a cidade de São Paulo, inicialmente. Segundo Mattos (2010), houve crescimento de estações de TV desde antes do Golpe Militar de 1964. Para o autor, após 1967, ano de estabelecimento do Ministério das Comunicações, que concedia licenças apenas às instituições que interessavam aos planos nacionais, promove-se o desenvolvimento desejado pelos governantes e a integração nacional. Assim sendo,

O sistema brasileiro de radiodifusão é considerado um serviço público e as empresas que o integram sempre estiveram sob controle governamental direto, uma vez que o Executivo era quem detinha, até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição brasileira em vigor, o direito de conceder e cassar licença e permissão para o uso de frequências de rádio ou televisão. O capítulo da Comunicação Social da Constituição de 1988 estabeleceu novas normas e diretrizes para a concessão de emissoras de rádio e televisão, anulando os critérios casuísticos utilizados até então (MATTOS, 2010, p. 24).

Em contrapartida, mesmo após a promulgação da Carta Magna, houve grande controle, mesmo que velado, do poder público sobre as emissoras. Isso ocorria, em grande parte, em virtude da dependência desses veículos de massa a subsídios oficiais, ainda segundo Mattos (2010). Além disso, era grande o controle que as principais marcas de produtos e serviços exerciam sobre as programações dos canais. Os programas chegaram a ser identificados pelo nome do patrocinador. “Em 1952, [...] os telejornais tinham denominações como *Telenotícias Panair*, *Repórter Esso*, *Telejornais Bendix*, *Reportagem Ducal* ou *Telejornal Pirelli*.

Em relação à consolidação da TV brasileira, Mattos (2010) estabelece sete fases evolutivas, sendo elas a *fase elitista (1950-1964)*, a *fase populista (1964-1975)*, a *fase do desenvolvimento tecnológico (1975-1985)*, a *fase de transição (1985-1990)*, a *fase da globalização e da TV paga (1990-2000)*, a *fase da convergência e da qualidade digital* e, por fim, a *fase da portabilidade, mobilidade e interatividade (2010-)*. Para melhor visualização das etapas, organiza-se este quadro:

Quadro 4 - Fases de constituição da TV no Brasil (baseado em Mattos, 2010)

FASES DA TV BRASILEIRA	PRINCIPAIS MARCOS
Elitista (1950-1964)	<ul style="list-style-type: none"> • Inauguração da TV Tupi, em São Paulo; • Instalação de TVs em bares importantes da cidade, no saguão dos Diários Associados; • Início da fabricação de televisores no Brasil, em 1951; • Início da apresentação do Telejornal <i>Repórter Esso</i>, com apresentador exclusivo e patrocinado pela Esso. As informações eram produzidas e controladas por uma agência de publicidade. Permaneceu no ar até 1970. • Início da apresentação do <i>Jornal Vanguarda</i>, inovador por ter instituído a participação de jornalistas, Newton Carlos e Cid Moreira. Foi retirado do ar após o Golpe de 64. • Formação de oligopólio dos <i>Diários Associados</i>. Todos os programas veiculados foram produzidos, exclusivamente, nas regiões onde estavam instaladas as emissoras.
Populista (1964-1975)	<ul style="list-style-type: none"> • Difusão, pela TV, de ideias do regime e da produção de bens; • Regulamentação, por parte do Estado, dos meios de massa e dos meios de transmissão, com leis e agências reguladoras; • Início da possibilidade de transmissão para todo país por satélites terrestres; • Criação dos Ministérios das Comunicações, em 1967 – redução da interferência de instituições privadas sobre a programação; • Financiamento estatal às emissoras – forma de controle de concessão de licenças e de conteúdos apresentados; • Inauguração da <i>TV Globo</i>, em 1965, com programação direcionada às camadas mais pobres, com telenovelas e programas de auditório; • Criação do departamento de pesquisa e análise, pela <i>TV Globo</i>, para planejar publicidade e adaptar programas para diferentes gostos; • Estabelecimento da TV colorida, em 1972; • Submissão à censura do governo Médici, em nome da ordem, da paz social e do desenvolvimento nacional; • Ocupação maior pelo jornalismo na TV, com melhor estruturação e técnica de câmeras. • Início da exibição de programas de alta sofisticação técnica, em cores, que atendiam ao tipo que o governo queria, nos moldes do <i>Fantástico – o show da vida</i>;
Desenvolvimento tecnológico (1975 – 1985)	<ul style="list-style-type: none"> • Início da nacionalização dos programas; • Início da competição no mercado internacional, com exportação de telenovelas e de musicais para mais de 90 países; • Menor dependência financeira e tecnológica dos produtores americanos, permanecendo dependente, porém, do setor publicitário • Padronização da programação televisiva em todo país; • Solidificação do conceito de Rede de Televisão; • Início das transmissões do <i>Sistema Brasileiro de Televisão – SBT</i>, tendo parte dos canais tirados da <i>TV Tupi</i>. • Fim da censura prévia aos noticiários e à programação de TV;
Transição e expansão internacional (1985 - 1990)	<ul style="list-style-type: none"> • Promulgação da Constituição, em 1988, com texto que veda restrições e censura; • Fixação de normas para a produção e programação das emissoras – obrigatoriedade de que se promovam programas educativos, artísticos, culturais e informativos; • Alcance de maior maturidade técnica e empresarial, reprisando sucessos nacionais para preencher horários antes ocupados por ‘enlatados’ estrangeiros; • Início da divulgação de campanhas políticas, produzidas por agências de publicidade. Realização de debates transmitidos ao vivo.

<p>Globalização e TV paga (1990-2000)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Surgimento, devido à globalização, de bases para a televisão por assinatura, via cabo ou satélite, nos moldes americanos; • Busca por programas interativos; • Inauguração do <i>Projac</i>, maior centro de produção da América Latina, para abrigar todas as produções da <i>Rede Globo</i>; • Inauguração do <i>Complexo Anhaguera</i>, para produções do <i>SBT</i>; • Modernização técnica e editorial de jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão; • Aprovação da Lei 8.389/1991 e da Lei 8.977/1995, que regulamentam, respectivamente, o Conselho de Comunicação Social e o serviço de TV a cabo; • Introdução da tecnologia digital de transmissão; • Privatização das empresas de telecomunicação, no governo Fernando Henrique; • Queda na audiência da TV aberta; • Retrocesso no nível de qualidade da programação; • Objetificação do corpo feminino em programas abertos, como no <i>Faustão</i>, com o quadro <i>Sushi Erótico</i>, por exemplo, e erotização da programação infantil, como no caso das danças do <i>Xou da xuxa</i>; • Promoção da comoção nacional ao exibir crimes e situações que chocaram o país, tendo, por exemplo, mais destaque o caso do assassinato da atriz Daniela Perez do que o resultado do impeachment do Collor. Entra nesse bojo a transmissão do caso Ayrton Senna, o drama da dupla Leandro e Leonardo etc.; • Tentativa de implantação do <i>Manual de qualidade contra o baixo nível da programação da nossa televisão</i>; • Obrigatoriedade por parte das emissoras de TV de respeitar e informar os limites classificatórios, por faixa etária adaptada ao horário; • Briga das emissoras pela audiência das classes C e D, a partir da popularização do aparelho de TV, tendo cerca de 60 milhões de aparelhos em uso.
<p>Convergência e qualidade digital (2000-2010)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Convergência entre a televisão e a internet; • Criação da WebTV; • Início do uso das telas de plasma e tecnologia de alta definição; • Crescimento intensivo do uso do aparelho celular, do analógico para o digital; • Decreto da TV Digital; • Início da produção de programas em qualidade HDTV, com prazo até o ano de 2016 para que a totalidade das emissoras atendessem aos novos padrões; • Possibilidade de acesso ao sinal de TV em minitelevisores móveis em aviões, carros, ônibus etc. ou em celulares; • Produção de conteúdo multimídia;
<p>Portabilidade, mobilidade e interatividade (2010 -)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Rompimento de paradigmas da comunicação, com o usuário assumindo o papel de receptor, transmissor e fonte de informações; • Forte impacto do celular de todas as suas novas funções, além de ligar e receber ligações na produção e no acesso de conteúdos; • Criação de conteúdos em novos formatos; • Estabelecimento de novas regras.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como antes mencionado, a história da TV e a do telejornalismo no Brasil se mesclam em diversos pontos, de modo que os principais acontecimentos em um dos dois influenciavam o outro. Em 1950, quando foi ao ar o primeiro jornal transmitido para algumas dezenas de televisores, havia total amadorismo e precariedade no modo de produção e exibição das

imagens, que iam ao ar, inclusive, sem nenhuma edição. O rádio era, naquele momento, o principal meio de informação e entretenimento eletrônico midiático, o que influenciou fortemente os moldes dos primeiros telejornais. Foi assim com o *Repórter Esso*, inaugurado em 1952, que perdia para o rádio, segundo Rezende (2010), pelo fato de ter uma distância entre o acontecimento e sua divulgação em até doze horas, além de que eram poucos os telespectadores. Segundo Lima (1985), visualmente os telejornais apresentados nessa primeira década de TV no Brasil (1950-1960) se pareciam bastante, contando com uma cortina ao fundo, uma mesa e elementos com referência direta ao(s) patrocinador(es). Neste momento, então, além da subordinação total aos interesses privados, de cada patrocinador, os telejornais mantinham forte ligação com os modelos radiofônicos do Brasil, faltando-lhes um modelo particular, próprio.

A partir de 1960, com alguns avanços tecnológicos, novelas e shows transmitidos pela TV começaram a sofrer impactos positivos nesse aspecto. Entretanto, o telejornalismo, segundo Rezende (2010, p. 58) “ressentia-se da falta de um estilo próprio”. Eram utilizadas, basicamente, imagens de mapas e fotos, com baixíssimo uso de videoteipe. Isso gerou muitas críticas ao telejornalismo, já que “ler um papel frente às câmeras não é informar. Mostrar uma foto que todo mundo já viu, também não. Jornalismo de televisão tem que ser muito mais” (LOBO, 1969). Apesar da falta de “evolução” dos telejornais após uma década, ficando para trás quando comparados às telenovelas e aos shows da TV, surge nessa década o *Jornal Vanguarda*, na *TV Excelsior*. Como diferencial, o novo telejornal contava com participação de jornalistas como produtores, apresentadores e cronistas especializados. Rezende (2010) lista alguns nomes, entre os quais aparecem Newton Carlos, Villas-Bôas Corrêa e Millôr Fernandes. Nesse momento, verifica-se um maior cuidado com as imagens, antes brutas, e o uso de bonecos falantes de Borjalo³, ainda segundo o autor. Em 1964, esbarrando com o Golpe Militar, o jornal precisou ser extinto por meio do Ato Inconstitucional nº 5. Em contrapartida, nessa nova tendência,

A qualidade do noticiário causou um impacto enorme pela originalidade de sua estrutura e forma de apresentação, distinta de todos os demais informativos. *O Jornal da Vanguarda*, além do prestígio no Brasil, obteve reconhecimento no exterior. Recebeu, na Espanha, em 1963, o prêmio *Ondas*, como melhor telejornal do mundo, e foi utilizado por McLuhan – naquela época, um dos teóricos da comunicação de maior projeção – em suas aulas sobre comunicação (LIMA, 1985, p. 9).

³ Segundo informações do site Memória Globo (<https://memoriaglobo.globo.com/perfil/borjalo/perfil-completo/>), Mauro Borja Lopes, Borjalo, foi o criador dos “bonecos andantes”, caricaturas trabalhadas em massa, movimentados por molas. Foi responsável pela vinheta “Plim Plim!”, e pela Zebrinha, que anunciava os resultados da loteria no *Fantástico*.

Com a necessidade e surgimento de um pensamento mais empresarial, surge a *Rede Globo*, no Rio de Janeiro. Segundo Rezende (2010, p. 60), “traduzida em uma política de concentração de propriedade, produção e publicidade, a *Globo* visou, desde o princípio, a transformar a exploração comercial da tevê em um negócio realmente lucrativo”. Então, a partir de 1969, tornou-se viável a criação de redes de TV, o que abriu perspectivas para o lançamento do *Jornal Nacional (JN)*, com transmissão ao vivo para o Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, e Brasília. Importante evidenciar o pronunciamento feito pela *Rede Globo* na época: “Vamos lançar um telejornal para que 56 milhões de brasileiros tenham mais coisas em comum além de um simples idioma” (VEJA, 1969, p. 68). Além do *JN*, da *Rede Globo*, que tinha forte afinidade ideológica com o regime militar, em 1970 surgem outros telejornais. A *TV Bandeirantes* anunciou a dupla Tônico e Tinoco como apresentadores de um noticiário para o interior de São Paulo, com uso de depoimentos populares e valorização do trabalho do repórter, segundo Rezende (2010). Esse profissional, segundo o autor, precisava atender a critérios como “boa” aparência e voz “bonita”, para divulgar notícias. A *TV Tupi*, mesmo em declínio, também apresenta um novo telejornal ao vivo para várias capitais.

Nessa época, o jornal *Hora da Notícia* foi o que mais representou a dinamicidade e a inteligência voltadas para a realidade brasileira. Seus depoimentos populares, que não obedeciam a um padrão específico, desagradaram ao governo. Wladimir Herzog, na prática de seus ideais na profissão de jornalista, acabou sendo vítima de intolerância política – vulgo perseguição – e foi morto. Com a perda de força das mordanças políticas, alguns programas em formato de telejornalismo se destacaram, a saber: *Abertura*, que entrevistava exilados de volta ao país; *Opinião Política*, da *TV Cultura*, com ênfase à programação cultural e artística; *Vox Populi*, da mesma emissora; e vários outros, que jamais alcançaram, na concepção de Rezende (2010), apesar de tudo, a supremacia da *Globo*. O *JN* incentivou o crescimento do telejornalismo, uma vez que, a partir dele, surge o

Jornal Hoje e, à noite, no horário das onze, diversos telejornais foram lançados (*Amanhã*, *Painel*, *Jornal da Globo*, segunda edição do *JN*). Anos depois, a *Globo* inaugurou mais um telejornal num horário pouco convencional, o *Bom Dia, São Paulo*. Foi também no horário das onze da noite que a *Globo* iniciou-se na linha de documentários, com o *Globo Repórter*. Produzido exclusivamente com material cinematográfico, o *Globo Repórter*, no começo, tentava de certa maneira suprir as deficiências dos telejornais, abordando assuntos mais polêmicos. Depois que passou para o horário das nove, além da invasão dos enlatados, sofreu a pressão da censura [...]. Numa atitude pioneira, a *Globo*, no final da década de 70 e início da década de 80, partiu para experimentar o jornalismo especializado, através do *Globo Rural* e da *TV Mulher* (REZENDE, 2010, p. 63).

Data desse período a imagem que se tem no Brasil de formalidade e seriedade atribuídas ao (tele)jornalismo. Era necessária a conciliação de rigidez no cenário e um abundante uso de videteipes e efeitos especiais, sempre em busca de requinte e suposta imparcialidade quanto às notícias. O representante do *JN* nessa fase era o apresentador Cid Moreira. O telejornal objetivava, de modo superficial, apresentar um breve panorama aos telespectadores, que passaram o dia em suas tarefas, do que ocorreu no país durante o dia, afastando-se, paradoxalmente, com isso, da realidade brasileira, uma vez que não havia comportamento crítico por parte da emissora em relação aos fatos reportados. Após o fim do regime militar, predominava a autocensura nas emissoras, principalmente na *Globo*, que não conseguia se desvencilhar totalmente do governo. Ao final desse período, no entanto, começam a surgir jornalistas opinativos, e os repórteres ganham mais espaço nos noticiários, que alternavam com os apresentadores (âncoras) na apresentação dos telejornais.

O período de 1983 a 1990 foi marcado no Brasil pela disputa por audiência entre a *Rede Globo* e suas novas concorrentes: a *TV Manchete* e o *SBT*. A *TV Manchete* acabou ganhando espaço e se sobressaindo, inicialmente, por cobrir o desfile das escolas de samba no Rio de Janeiro e por ter um telejornal mais voltado às classes A e B. Ainda nessa década, a *Globo* enfrentava o desgosto de grande parte da população em virtude de não cobrir satisfatoriamente os movimentos das “Diretas Já”.

A *Globo* noticiou como comemorações do 430º aniversário de São Paulo um evento que, na verdade, era um comício com conotação política explícita em prol das eleições. Gradativamente, com movimentação de funcionários contrários ao seu posicionamento, a emissora passou a noticiar melhor os eventos relacionados ao desejo popular de democracia no Brasil. Com o primeiro governo civil, “a Nova República se instaurava com a perspectiva de ter de novo uma imprensa livre. Constrangidas, porém, a apoiar os cinco anos de mandato para o presidente Sarney, as emissoras de TV tiveram dificuldades para resistir às pressões do governo” (REZENDE, 2010, p. 67).

De 1990 até 1997, muitos programas de jornais mais populares, como *O povo na TV*, do *SBT*, não foram capazes de traduzir audiência em faturamento. Isso culminou em declínio dos jornais dessa emissora. Foi necessário fazer uma reformulação visual, com vinhetas mais interessantes, câmeras mais tecnológicas e equipamentos de computação gráfica. Em um novo telejornal, *TJ Brasil*, o *SBT*, além de transmitir o noticiário, entrevistava algumas personalidades importantes, e o jornalista Boris Casoy tecia comentários pessoais acerca dos assuntos tratados. Em 1988, a *TV Cultura* também implantou a figura de um jornalista âncora, que comandava a equipe,

dividida em editoriais de economia, política, internacional e geral. Nesse período, o *JN* começou a aliar notícia a análises, com comentaristas especializados, entre os quais se destacam Paulo Henrique Amorim, Joelmir Betting, Lílian Witte Fibe e Alexandre Garcia. Para as eleições de 1989, houve maior liberdade à imprensa, e o *JN* pôde apresentar o quadro *Palanque Eletrônico*, com entrevistas aos candidatos à presidência da República. Houve forte movimento em prol de deixar o modelo de jornalismo de estúdio unicamente para introduzir o jornalismo de rua. Pedro Bial, apresentador da *Globo*, entrava ao vivo, de diversas capitais do oriente, para cobrir a Guerra do Golfo.

A primeira grande mudança paradigmática do *JN* ocorreu em 1996, com a substituição de seus âncoras Cid Moreira e Sérgio Chapelin para William Bonner e Lílian Witte Fibe. Nesse momento, a emissora buscou uma nova movimentação, uma maior rapidez e até uma aparência mais jovial. Nesse período do telejornalismo, segundo Rezende (2010), destacou-se, ainda como herança de fases anteriores da televisão brasileira, uma uniformização dos conteúdos informativos. Havia baixa diferença de seleção de conteúdos entre os telejornais, o que fazia com que fossem bastante semelhantes entre si. Inclusive, era grande a desconfiança por parte dos telespectadores em relação ao que se via na TV, segundo Bresser (1996).

A partir de 1997, era possível ver “a vida real em tempo real”, com a *Globo News*, versão por assinatura da emissora. Havia programação 24 horas por dia, todos os dias da semana. O crescimento da TV por assinatura, ainda segundo Rezende (2010), culminou na queda de audiência do telejornalismo de TV aberta. A *Globo*, por meio do *JN*, fez uma cobertura, com uma reportagem de Marcelo Rezende, da truculência policial em Diadema, na Grande São Paulo. Para isso, usou imagens amadoras, feitas por um telespectador anônimo, o que quebrou, de certo modo, o paradigma da emissora de usar apenas imagens editadas, com qualidade no padrão global. Assim, “o valor jornalístico impunha-se à concepção de notícia-espetáculo. Foi um acontecimento que suscitou várias análises de apoio e reconhecimento ao trabalho jornalístico realizado” (REZENDE, 2010, p. 73). Surgiram nessa fase, também, a *BANDNEWS*, e a *RECORD NEWS*, acompanhando o fluxo da *Rede Globo*. Porém o *Record News*, apesar do formato de TV paga, foi implantado na TV aberta.

A partir dos anos 2000, aumenta-se a competição entre as principais emissoras do Brasil. Em 2006, a *Rede Record* divulgou em grande destaque o fato de ter empatado em pontos de audiência com o *Rede Globo* em horário nobre, com a exibição da novela *Prova de Amor*. Com essa competição entre as duas emissoras principalmente, surgem práticas para conseguir furos de reportagem e notícias espetaculares. Adotou-se, para isso, a câmera escondida, nas

coberturas policiais. Rezende (2010) aponta que, dessa disputa, dois telejornais investigativos merecem destaque,

o Profissão Repórter, com Caco Barcellos, na Rede Globo, que resgata a essência da atividade jornalística, o apuro investigativo, e o CQC, de Marcelo Tass, na TV Bandeirantes, que, no hibridismo de informação com entretenimento, esbanja irreverência no tratamento jornalístico de fonte de informação tradicionalmente interpeladas com cerimônia – políticos, empresários e celebridades (REZENDE, 2010, p. 77).

Seguindo o propósito de Rezende (2010), apresenta-se em sequência um quadro com as etapas do telejornalismo no Brasil e o programa que as representam em termos paradigmáticos:

Quadro 5 - Fases do telejornalismo no Brasil (adaptado de Rezende, 2010)

FASES DO TELEJORNALISMO NO BRASIL	CARACTERÍSTICAS	PARADIGMAS
I Fase - (1950-1960)	Influência radiofônica	<i>Repórter Esso</i>
II Fase - (1960- 1969)	Busca da linguagem própria	<i>Jornal da Vanguarda</i>
III Fase – (1969-1983)	Telejornalismo em redes	<i>Jornal Nacional</i>
IV Fase – (1983-1990)	Alternativa no horário nobre	<i>Jornal da Manchete</i>
V Fase – (1990-1997)	Ancoragem à brasileira	<i>TJ Brasil</i>
VI Fase - (1997-2002)	Canais segmentados	<i>Globo News</i>
VII Fase - (2002-)	Novos modelos	<i>Profissão Repórter e CQC</i>

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir desse quadro histórico do telejornalismo a nível nacional, é possível prosseguir com as discussões acerca da imprensa local/regional, com foco no território capixaba e do telejornalismo da *TV Gazeta* no Espírito Santo.

4.2 TELEJORNALISMO LOCAL NO BRASIL E A IMPRENSA CAPIXABA

Em 1908, ano do centenário da imprensa no Brasil, o jornal *O Cachoeirano* faz uma lista com 140 publicações realizadas ao longo do período em território capixaba. De acordo com Mattedi (2010), havia jornais em doze lugares diferentes no estado, que correspondem, atualmente, a

Vitória, Bom Jesus de Itabapoana, Cachoeiro de Itapemirim, Itapemirim, São Mateus, Afonso Cláudio, Conceição do Castelo, Anchieta, Piúma e Alegre. De acordo com os dados publicados no catálogo do jornal *O Cachoeirano*, em 1866 ocorre a primeira publicação fora de Vitória. Mattedi (2010) enfatiza a diversidade de jornais e a profusão de ideias que acontecia nesse período, até o fim da monarquia, em 1889. Segundo o autor, “havia periódicos dos mais diversos matizes, desde os de linhas mais comuns como os políticos, oficiais, noticiosos, científicos, literários, recreativos e humorísticos, até os mais específicos, como os destinados à agricultura, à mocidade” (MATTEDI, 2010, p. 43).

Muitas personalidades importantes para o estado são encontradas por trás das lides desses jornais, como Muniz Freire, Afonso Cláudio, Amâncio Pereira, Basílio Carvalho Daemon, Bernardo Horta, Graciano Neves e João Mota, todos políticos ou pessoas muito próximas a figuras públicas de cargos importantes no estado do Espírito Santo. O autor destaca que esses periódicos se constituíram como importante e únicas fontes de informação, o que fez com que tivessem muita força nas pequenas cidades do Espírito Santo. Por serem caros, pouquíssimas pessoas tinham acesso e “quem os editava, com certeza, devia ter muito poder de pressão, sobretudo, política” (MATTEDI, 2010, p. 43). Como se sabe, desde 1808, foram impressas, por Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, ideias políticas relacionadas ao desejo de desvinculação com o absolutismo e de implantação de modelos de liberdade.

Segundo Barreto (2010), a Coroa Portuguesa impedia a impressão de livros e folhetos no Brasil, visando a impedir a propagação de ideias libertárias francesas. Mesmo assim, houve circulação de publicações com estímulos à liberdade. A província capixaba recebe a primeira impressão, com o jornal *O Estafeta*, que deu origem, depois de nove anos, ao *Correio de Vitória*, cuja circulação marca o início propriamente dito do jornal capixaba, em 1849. Esses jornais, vale destacar, não contavam, inicialmente, com regularidade de publicação, nem com organização empresarial. Eram dotados de linguagem literária e precisavam lutar pela sua própria sobrevivência e por causas públicas, como sugere Derenzi (1965, p. 144).

Em 1849, nasce a primeira impressão do *Correio de Vitória*. Em seguida, surge *O Capixaba*. De acordo com Barreto (2010, p. 47), “os grandes protagonistas da imprensa política foram *O Monarchista*, do Partido Conservador, e o *Jornal da Victória*, liberal, que circulou de 1864 a 1869. Com o final do Império, cede-se lugar à imprensa republicana, como foi o caso do *O Cachoeirano* e de *A Tribuna*. Nessa esteira, surge em Vitória, *O Pharol*, com a finalidade de reivindicar direitos legais para os trabalhadores. Propunha-se explicitamente a criação de leis voltadas a esse público. Importa destacar que

Com relação à Imprensa Oficial, sua criação foi em 30 de agosto de 1909, época em que o governo do estado retomou a sua gráfica, até então, arrendada a particulares que nela imprimiam o *Correio da Manhã*. Foi uma iniciativa do estado em publicar os seus atos administrativos, no ano de 1890, quando ocorreu a rescisão de contrato com o jornal *Estado do Espírito Santo*, que, até então, prestava esse tipo de serviço. O primeiro número do *Diário Oficial do Estado Federal do Espírito Santo* circulou em 23 de maio [de 1890], data que marca o início da Colonização do Estado do Espírito Santo. O seu primeiro número trazia impressas as armas da República, e a divisa Ordem e Progresso, dígito da Bandeira do Espírito Santo (BARRETO, 2010, p. 49).

Segundo o autor, mesmo após o início da República, não havia um padrão e uma organização muito grande na imprensa capixaba. Havia uma mistura de literatura, variedades, capítulos de romances, atos oficiais, horários de chegada e saída de navios, piadas, anúncios, polêmicas etc. De 1920 a 1940, a revista *Vida Capixaba* tinha destaque no estado por, diferentemente de quase todas as outras, seguir um padrão editorial e, além disso, viabilizar ao leitor meios de informação e de entretenimento ao mesmo tempo. Segundo Barreto (2010), hoje os arquivos dessa revista valem como recurso historiográfico sobre o Espírito Santo. Ainda nesse período, na década de 1930, surgem outros jornais em Vitória, como é o caso de *A Gazeta* e de *A Tribuna*. Este com caráter mais popular durante a Segunda Guerra Mundial, em favor de causas populares, aquele firmando-se com caráter mais sóbrio, ainda segundo o autor, em apoio ao Partido Social Democrático.

Como foco deste estudo, interessa apresentar um breve panorama histórico da *TV Gazeta*, emissora responsável pelo telejornal em análise. Para isso, faz-se necessário destacar os pontos relevantes na constituição da empresa, como um todo, o que se fez, na sequência, com dados apresentados por Letícia Lindemberg, diretora de transformação da *Rede Gazeta*, segundo quem, na década de 30, vende-se o jornal *A Gazeta* para uma sociedade anônima, com Oswaldo Guimarães sendo o maior acionista. O jornal teve participação importante na criação de sindicatos pelo estado, uma vez que fez circular bastantes informações às classes trabalhadoras. Além disso, fez cobertura total do fim da Segunda Guerra. Além disso, aponta a autora:

O fazendeiro Eleosipo Cunha comprou o jornal de Oswaldo Guimarães. O seu grande objetivo era apoiar o brigadeiro Eduardo Gomes na campanha presidencial. Com a derrota para o Marechal Dutra, Eleosipo perde o interesse pelo jornal, vendendo-o, em 1949, para Alfredo Alcure. Alcure, no entanto, representava os interesses do PSD, partido adversário ao udenista Eleosipo e, aos poucos, Carlos Lindemberg, então governador e líder do PSD, foi comprando as ações de Alcure, tornando-se o maior acionista de *A Gazeta* (LINDEMBERG, 2010, p. 124).

Nessa época, segundo a autora, não havia editoriais nem diagramação. Ainda conforme Lindemberg (2010), tudo era feito empiricamente pelos poucos profissionais da empresa. Na década de 1960, verificou-se grande crescimento na empresa com algumas contratações.

Acompanhando o fluxo nacional da imprensa, em 1969, foram instalados modernos equipamentos, além de tentativas de modernização no produto editorial. A diagramação passa a ser feita, também, de modo profissional. Em 1983, a empresa passa para a sede atual, localizada no bairro Bento Ferreira, em Vitória, onde passaram a ser impressos 60 mil exemplares de até 16 páginas em apenas uma hora. Isso marca um crescimento antes impensável na imprensa capixaba. Daí a necessidade de comprar mais um prédio para abrigar os equipamentos e impressões. As notícias passaram a chegar mais rápido e mais atualizadas às ruas, de modo atrativo para os leitores e, principalmente, para os anunciantes.

Segundo dados de Lindemberg (2010), nos anos 2000, Carlos Lindemberg Filho passa a direção para Carlos Lindemberg Neto. Em 2001, cria-se o *Notícia Agora*, destinado às classes mais populares, com textos curtos para leitura mais rápida sobre os fatos. Em 2003, lança-se o jornal *Oportunidades – Cursos & Concursos*, com dados sobre o mercado de trabalho no estado. Com o aniversário de 80 anos, inaugura-se a redação multimídia, com espaço para todas as equipes, inclusive da *Rádio CBN* e responsáveis pelo portal *Gazeta Online*. Sobre a constituição da *Rede Gazeta*, Lindemberg (2010) cria uma linha do tempo, a qual está organizada e adaptada no quadro abaixo:

Quadro 6 - Desenvolvimento da Rede Gazeta (1928-2008), segundo Lindemberg (2010, p. 127-130)

Linha do tempo de constituição da <i>Rede Gazeta</i>	
1928	1ª circulação do jornal, em 11 de setembro.
1930	Invasão da sede e danificação de materiais.
1949	Aquisição de parte na sociedade pelo governador Carlos Lindemberg.
1960	Construção de uma nova sede.
1969	Impressão do jornal pelo sistema <i>off-set</i> ; instalação do fotolito para preparação de chapas para a nova impressora
1970	Início do funcionamento do primeiro telex e instalação de sistemas de recepção de telefoto e radiofoto.
1971	Funcionamento da composição a frio, por computador, em substituição das máquinas linotipo.
1980	Unificação da marca <i>Rede Gazeta</i> . A programação da <i>TV Globo</i> começou a ser gravada via satélite pela <i>Embratel</i> .
1983	Mudança para a sede atual, com maior espaço para pessoal e produção comercial.
1992	Início das impressões coloridas diárias
1994	Informatização da redação do jornal
1996	Modernização das logomarcas e abandono no “ <i>de Comunicações</i> ” no nome.

1999	Inauguração do parque gráfico, com impressão de 70 mil exemplares de 32 páginas por hora.
2000	Lançamento do <i>Notícia Agora</i>
2003	Lançamento do <i>Oportunidades - Cursos & Concursos</i>
2004	Mudanças gráficas e editoriais em toda a empresa
2006	Modernização no <i>Notícia Agora</i>
2007	Crescimento do <i>Notícia Agora</i> , ocupando o 3º lugar nacional entre os jornais que mais crescem
2008	Reunião, no mesmo espaço, de toda equipe de todos os produtos da <i>Rede Gazeta</i> .

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Segundo dados disponibilizados no site da *Rede Gazeta*, no dia 11 de setembro de 1976 é inaugurada a *TV Gazeta*, já afiliada à *Rede Globo*. Iniciou-se com a maior cobertura telejornalística do estado. O telejornal *Bom Dia ES* tinha transmissão, inicialmente, simultânea entre a tv e a rádio da mesma emissora, *Gazeta FM*, o que pode ser considerado um marco da integração que se fez entre os diversos produtos da rede de comunicação, segundo quadro exposto acima. No ano de 1988, é lançada a *TV Gazeta Sul*, com o objetivo de ampliar o telejornalismo no estado, fortalecendo a regionalização do conteúdo. Com o mesmo propósito, inaugura-se, em 1997, a *TV Gazeta Norte*, para que fosse viável a interiorização da informação aos moradores e às necessidades comerciais da região. Em 2006, é inaugurada a *TV Gazeta Noroeste*. Todas essas ramificações da *TV Gazeta* contam com a transmissão do ESTV 1ª e 2ª edição, com notícias pertinentes a cada região e ao estado como um todo.

Matinuzzo (2012) evidencia o fato de o curso de Comunicação Social na Universidade Federal do Espírito Santo, com habilitação para Jornalismo, ter sido iniciado em 1975. Com isso, foi necessário que a *Rede Gazeta* contasse com treinamento e com orientação de profissionais de outros estados, principalmente do Rio de Janeiro. Segundo o autor, nos últimos anos, “abre-se mais espaço às produções jornalísticas locais (telejornais e assuntos ligados à comunidade, esporte e entretenimento), mas ainda em percentual menor se comparado com o número de atrações e tempo a elas dedicado pelas concorrentes” (MARTINUZZO, 2012, p. 25). Corroborando os dados antes apresentados, o pesquisador em mídias sociais enfatiza que a família Lindenberg, com um total de 20 negócios, tem sob seu controle a maior rede de comunicação do estado, com dois jornais, oito rádios, quatro emissoras de TV afiliadas à *Rede Globo*, quatro portais na internet e uma empresa de marketing promocional, além de uma outra empresa especializada em soluções para internet.

O conteúdo online migra para o portal G1 e site GloboEsporte.com. Em sequência, é realizada grande cobertura multimídia das eleições com debates, pesquisas, entrevistas e reportagens.

Segundo a própria empresa, o slogan da TV Gazeta muda para “É a gente com você”. Nessa esteira, visando integrar jornal/público e ouvir os leitores, é lançado o Conselho de Leitores, em dezembro de 2012. Em 2013, inicia-se a produção de áudio e vídeo em HD, com programas em alta definição. Em um ato pioneiro na América Latina, adotam-se os tinteiros digitais em seu parque gráfico. 2014 marcou a *Rede Gazeta* pela criação da redação multimídia com processo contínuo de acesso em todas as plataformas. Chega, também, o sinal digital para as cidades de Linhares e para a *TV Gazeta Norte*. Em 2015, são inaugurados novos cenários para os telejornais – Bom Dia ES, ESTV 1ª e 2ª Edição -, e o apresentador Ted Conti deixa a emissora, após 25 anos, sendo substituído por Daniela Abreu. Em 2016, houve a união das unidades de rádios e jornais e a *TV Gazeta* foi premiada pelo melhor desempenho entre as afiliadas da *Rede Globo* em relação à programação. Desliga-se, em 2017, o sinal analógico na Grande Vitória. Em 2018, o telejornalismo, mais uma vez, ganha nova identidade visual. Por fim, em 2019, amplia-se o tempo de apresentação do Bom Dia ES, que passa a contar com duas horas de duração, o que foi fruto de reformulação da grade da *Rede Globo*, segundo informações da própria *Rede Gazeta*.

Em entrevista à Revista Hype, a diretora de transformação da *Rede Gazeta*, Letícia Lindenberg, destaca que, no ano de 2019, com 91 anos de existência, a empresa encerra a circulação diária impressa do jornal e passa a dedicar-se ao formato digital online. Segundo Lindenberg (2019), seria lançado um novo modelo de jornal, exclusivo aos finais de semana. Durante a entrevista, afirmou-se que a empresa deve passar por inúmeras transformações no ano de 2020 e se aproxima cada vez mais do mundo digital, em busca de novos assinantes e de novo público.

O telejornalismo da *TV Gazeta* tem acompanhado os fluxos de mudanças propostos pela Rede Globo. Então, o ESTV, tanto na 1ª (transmitido às 11h45 de segunda a sábado) quanto na 2ª edição (transmitido entre 19h10 e 20h, de segunda a sábado), tem perdido gradativamente o caráter de extrema formalidade, embora, quando comparado a telejornais de outras emissoras, como os da *TV Vitória*, ainda seja visto como mais sóbrio tanto por parte dos telespectadores. Os jornalistas âncoras do ESTV 1ª Edição, Rafaela Marquezine e Philipe Lemos, se movimentam bastante pelo cenário e dialogam constantemente acerca dos assuntos tratados durante as reportagens. Além disso, tem-se um jornal cada vez mais opinativo. Além dessas duas versões do jornal, como dito anteriormente, a TV Gazeta conta ainda com o Bom Dia ES, apresentado de segunda à sexta, às 6 horas da manhã. Neste caso, tem-se um jornal um pouco mais contido, em nossa percepção, o que se pode notar até pelas roupas utilizadas pelos âncoras, com gravata, paletó etc. Neste telejornal, são apresentados dados como índices relativos à bolsa

de valores, à economia do estado e do país, à previsão do tempo etc. São realizadas, constantemente, entrevistas com profissionais e com políticos, para tratar de assuntos relevantes à sociedade. Esse tipo de entrevista, no estúdio, não é frequente no ESTV, que se dispõe mais a ir à rua e conversar com o público em entrevistas e reportagens com maior contato com o público e com a comunidade, o que, aliás, motivou a coleta de maior número de dados de entrevista no estúdio, conforme mencionado em seções anteriores.

A partir desse panorama da constituição da imprensa no estado e, principalmente, da constituição da TV Gazeta, este trabalho se propõe a seguir com discussões acerca das mudanças estruturais e paradigmáticas ocorridas no jornalismo da Rede Globo, em geral, e em como isso influenciou o comportamento dos interlocutores do ESTV 1ª edição, principalmente no que diz respeito à variação linguística na alternância pronominal de 1ª pessoa do plural do PB.

4.3 APROXIMAÇÃO E A BUSCA PELO RECONHECIMENTO COM O PÚBLICO TELESPECTADOR

Os Estados Unidos, como já discutido, se constituíram como forte referência em tudo que diz respeito à televisão. Especificamente sobre o jornalismo, ainda na década de 1950, segundo Pereira (2013), já se tinha em mente, mesmo que de forma rudimentar, a importância da criação de laços de identificação com os telespectadores. O primeiro jornalista que pode ser considerado âncora no mundo é o Walter Cronkite, sendo imitado, posteriormente, em vários países. Atuou, a princípio, na ancoragem das eleições presidenciais de 1952. Com vistas ao aprimoramento em recursos técnicos, a partir da década de 1970, no Brasil, surgem os primeiros vestígios de tentativas de aproximação entre os apresentadores de TV com o público de casa. Tônico e Tinoco, sobre quem já se discutiu, atuaram fortemente nessa atividade inovadora no país enquanto apresentadores de telejornal. A Rede Globo, contudo, entrava em uma espécie de apuro formal, como propõe Pereira (2013, p. 67), que era “visível na escolha de cenários, de locutores, na qualidade das imagens e dos sons e da edição das matérias”. Mesmo assim, por transmitir os programas em horários regulares e sem atrasos, conquistou a fidelização de seus telespectadores em relação à programação.

O JN, em fase de sucesso e de estabilidade de audiência, na década de 1980, fez com que os produtores da Rede Globo criassem outros jornais, como o *Bom Dia Brasil*, nos moldes do *Good Morning America*, dos Estados Unidos. O sucesso da TV brasileira acompanhou, embora existissem outras emissoras, o fluxo da Rede Globo, uma vez que

o sucesso advinha da consolidação do sistema de rede, iniciado na década de 1970 até meados de 1980. A rede foi paradoxal. Por um lado, trouxe benefícios quanto à qualidade técnica dos programas. Por outro lado, estimulou grande prejuízo às emissoras regionais (PEREIRA, 2013, p.69).

Com isso, divide-se o jornalismo entre local/regional e o de rede, o que influenciou fortemente a criação do Globo Cidade e dos telejornais locais RJTV, SPTV, MGTV, NETV e DFTV, como lembra Pereira (2013), sempre em busca de um padrão entre todas as afiliadas, para que não houvesse defasagem de técnica de imagem, som e edição em relação aos conteúdos globais.

Boris Casoy, do *SBT*, apresentador do *TJ Brasil*, sobre o qual já se falou, abriu portas para uma forma diferente de telejornalismo nacional, independente dos padrões norte-americanos, para o trabalho de apresentador. Essa forma diferente consistia, basicamente, na formulação de comentários pessoais em relação aos fatos noticiados, de modo ao afastamento da engessada e suposta neutralidade dos telejornais apresentados. Além da alteração de apresentadores do *JN*, já mencionada, a *Rede Globo*, seguindo o exemplo do *SBT*, muda o cenário do Bom Dia Brasil, que passou a contar com uma sala de estar para a realização das entrevistas. O sucesso do Plano Real, na década de 1990, fez com que muitos brasileiros passassem a possuir uma televisão e, mais que isso, assinar canais pagos, o que diminuiu a audiência da TV aberta. Isso motivou o direcionamento de grande parte da programação dos canais abertos às classes C, D e E. Começa, então, segundo Pereira (2013), a tentativa de aproximação entre telejornais e telespectadores.

Mata (2013, p. 80-81) trabalha com a hipótese de que o popular no telejornal local é fabricado. O autor entende que, para isso, o processo parte “da escolha daquilo que será notícia dentro do critério de noticiabilidade, da linguagem que é direcionada, da definição da emissora de quem é seu público dentre outros fatores”. Para esse autor, a linguagem utilizada nos telejornais locais constrói a realidade desejada pelas instituições. A tematização dos problemas na agenda pública, a tipificação de personagens das matérias e no diálogo construído pelas emissoras com o público durante a apresentação dos jornais também fazem parte desse processo de integração. Coutinho e Pereira (2013), em análise das formas de apresentação dos telejornais, enfatizam que a meta desse tipo de programa é uma naturalidade quanto ao diálogo televisual, para que se construa uma ligação entre enunciador (jornalista) e o enunciatário (telespectador). Para isso, é necessário, conforme apontam as autoras, a redução da distância entre o “eu” e o “eles”. A maior agentividade do público, por meio de seu amadurecimento com o passar do tempo e da influência digital, faz com que este participe ou, pelo menos, espere que seja convidado a participar dos programas de forma interativa.

Para as autoras, é essencial que haja cenários mais limpos visualmente e bastante espaço para circulação dos apresentadores. Isso é bastante diferente do que se via nos primeiros telejornais, em que os âncoras não se levantavam e permaneciam fixos atrás das famosas bancadas. Elas, as bancadas, ainda permanecem nos estúdios, mas não representam rigidez e engessamento aos jornalistas quanto à sua posição física. Assim, “liberto da bancada, o apresentador ganharia autonomia para circular em cena. Esse modelo parece mais uma tentativa de aproximação e criação de vínculos com o telespectador, estratégia cada vez mais necessária na contemporaneidade” (COUTINHO e PEREIRA, 2013, p. 3).

“O seu jornal da hora do almoço”. É possível pressupor que todo capixaba que assista televisão, mesmo que em algum restaurante ou bar, durante o intervalo de estudos ou trabalho conheça essa frase e, principalmente, saiba de qual jornal se fala. Oliveira Filho (2018), pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais, em entrevista ao Núcleo de Jornalismo e Audiovisual, discute um mapeamento de estratégias utilizadas pelos telejornais locais para criar proximidade com os telespectadores. Segundo o autor, o termo *proximidade* é usado em cerca de um terço dos trabalhos que discutem o papel do jornalismo na contemporaneidade no Brasil, mas que isso se faz de modo amplo e genérico, sem que haja uma sistematização adequada.

Para o pesquisador, essa proximidade pode ocorrer por meio de algumas estratégias, entre as quais são citadas: (I) a criação de aplicativos para interação direta entre jornalistas e público telespectador, que envia mensagens, fotos ou vídeos a serem exibidos ao vivo; (II) os modos linguísticos e verbais, como ele denomina, que podem ser exemplificados pelos slogans dos telejornais da *TV Alterosa* (MG), “A TV que o mineiro vê” ou mesmo da *TV Gazeta*, no ES, “É a gente com você”, da *RBS TV* (RS), “A imagem viva do Rio Grande”, todas afiliadas à *Rede Globo*; (III) a proximidade do telejornal tanto com os telejornalistas quanto com os telespectadores, de modo que se crie um traço de familiaridade entre os interlocutores dos jornais; e (IV) a proximidade que se cria através do formato do próprio telejornal, sobre o que já se discutiu neste texto. É bastante importante, segundo Oliveira Filho (2018), observar a relação que se cria normalmente entre o telejornal e o território, não apenas geográfico, mas, principalmente o território simbólico. Isso é possível, como se propõe, a partir da exibição de quadros e de matérias que evidenciem a cultura, eventos e curiosidades locais que culminam no caráter de pertencimento e de identidade da emissora ou do telejornal com a região à qual se dirige.

Algo bastante comum e presente nos telejornais, inclusive no ESTV 1ª edição, objeto de estudo desta dissertação, é a conversa entre os jornalistas âncoras e os jornalistas de rua. Isso ocorre,

talvez, como propõem Coutinho e Pereira (2013), pelo fato de o público precisar acreditar que as relações ali postas são reais. Segundo as pesquisadoras, trata-se de uma conversação simbólica, uma espécie de teatro, que constitui uma estratégia comunicativa de enunciação com o objetivo básico de criar vínculos entre o que pertence ao universo televisivo e o universo extra televisual. Exibem-se, desse modo, os erros, tropeços na fala do apresentador, a colocação de matéria trocadas no ar, risos, esquecimentos, tudo marca da naturalidade e espontaneidade de uma conversa entre conhecidos.

Segundo as autoras, em análise das transformações pelas quais passou o MGTV, destacam que

A preparação da Rede Globo para a mudança que estava por vir começou em 2010. Com mais de 120 emissoras afiliadas espalhadas no Brasil e com cobertura de quase 5.500 municípios, a emissora trabalhou a “repaginação” com cuidado. Como se tratava de um formato diferente de todos até então praticados no país, muito se especulou sobre a novidade. A primeira a adotar a nova prática foi a emissora do Rio de Janeiro, em novembro de 2009, com novos apresentadores, cenários e formato mais informal. Além disso, o RJTV também foi o precursor no telejornalismo a eliminar o *teleprompter* durante a enunciação da notícia, numa tentativa de quebrar a formalização da apresentação. No entanto, a prática ainda não foi adotada em sua totalidade nas praças. Na Globo Minas Gerais a mudança na cena de apresentação ocorreu em agosto de 2010; nove meses depois em Juiz de Fora (COUTINHO e PEREIRA, 2013, P. 8).

Em sequência, todos os outros telejornais das emissoras afiliadas à *Rede Globo* passaram a adotar os mesmos padrões. No início da produção desta pesquisa, estabeleceu-se como situações de fala a serem consideradas para codificação a *reportagem*, a *entrevista*, a *conversa entre os jornalistas* e várias outras, além da leitura do *teleprompter*. Não se sabia, porém, que esse recurso havia sido abandonado pelas emissoras. Durante a codificação dos dados, ficou evidente que não há um teleprompter à disposição dos âncoras. O que há, hoje, na verdade, é uma espécie de guia, uma reformulação do teleprompter, que não mais limita e especifica a fala dos jornalistas âncoras, mas apenas apresenta as informações em formatos de tópicos relativos aos temas a serem tratados, bem como aos repórteres de rua que devem ser chamado pelo link ao vivo.

Destaca-se, desse modo, a proporção direta entre naturalidade na enunciação e carisma do apresentador com os vínculos tecidos com o telespectador e, principalmente, a credibilidade do que se notícia. Coutinho e Pereira (2013) ponderam que o formato adotado pelos telejornais varia de acordo com o que se pretende alcançar. Alguns, com maior formalidade e uso da bancada, por exemplo, visam a atender certo público, mais formal, talvez, com pautas mais específicas, econômicas, políticas etc. Entretanto, quando não se usa a bancada como uma

barreira ou limite entre jornalista e telespectador, abre-se um espaço e estimula-se a adesão ao diálogo com quem está assistindo.

É comum que nesses telejornais da *Rede Globo*, apresentados no horário do almoço, caso do *ESTV 1ª* edição, haja bastante interação entre os jornalistas, como citado anteriormente. Isso é feito, ao ver desta pesquisa, como recurso de se aproximar e de se colocar como parte do público telespectador. Os locutores dos telejornais “tomam para si” as dores, as revoltas, os desejos e as alegrias do povo de casa, de modo explícito, inclusive, em entrevistas e reportagens feitas com autoridades, como políticos, policiais e profissionais de diversas áreas. Isso é visível no exemplo abaixo:

Âncora 1 – *É verdade, Jhone? É difícil imaginar o lado bom de uma história dessa, né? No final das contas, a gente se acostuma tanto à violência que quando a gente sofre um assalto ou uma agressão, a gente ainda fica feliz de o bandido deixar a gente vivo, né?*

Âncora 2 - *Realmente é muito difícil a gente falar disso e ter sentimento, mas, como você disse, ainda bem que ela tá aí, o carro foi recuperado, mas fica o trauma, infelizmente. Jhone, 'brigada pelas informações, viu? Aliás, tá muito difícil, viu? Duas mulheres sendo assaltadas...*

Nesse exemplo, um trecho retirado dos dados gravados e transcritos do *ESTV 1ª* edição, evidencia-se o diálogo dos dois jornalistas âncoras com o repórter de rua, em comentário sobre um caso de violência, um assalto a duas mulheres, no caso. Uma marca de tentativa de proximidade bastante relevante é o fato de os jornalistas se colocarem no lugar de cidadão comum e lamentarem o ocorrido, como se as vítimas fossem pessoas próximas e como se eles mesmos estivessem à mercê da situação – embora realmente estejam. Isso é perceptível, entre outras coisas, pelo uso da forma pronominal *a gente*, de modo amplo e genérico. Ou seja, os jornalistas, assim como qualquer telespectador, sentem a insegurança e questionam o porquê da situação ocorrida, em vez de apenas noticiá-la. Desse modo, fica claro o que se discute neste tópico: os novos propósitos comunicativos dos telejornais locais: a criação de vínculo, de identidade e de pertencimento. Além disso, de modo semelhante ao que Coutinho e Pereira (2013, p. 14) analisam, há troca de olhares entre os jornalistas. Segundo as autoras, “o telespectador também é incluído na enunciação e convocado por ela a participar do que acontece na cena da apresentação. Tudo com auxílio da oralidade e com o complemento da comunicação visual”.

Maia (2011) discute a nova dinâmica nas redações jornalísticas, tendo em vista que um dos pontos mais importantes em pauta é a necessidade de uma improvisação ao vivo, o que não tem a ver com superficialidade, falta de informação ou de organização. Não. Isso tem a ver com

mais tempo para conversa entre os locutores, com possibilidade de informalidade, de risos, o que se constitui como um caminho diferente para o mesmo destino: a informação. O autor defende que

acertando ou não, fato é que o telejornalismo despertou para a necessidade de vislumbrar novos caminhos, novos meios de atingir um telespectador que quer conteúdo e qualidade. A antiga receita “cabeça + VT + nota-pé” já se tornou entediante e ultrapassada. É preciso surpreender quem está do outro lado da tela; “reinventar” os telejornais numa época em que os telespectadores têm se revelado mais exigentes e imersos em novas formas de consumo cultural, propiciadas pelas tecnologias do disponível e do descartável; sem contar o aumento do poder de consumo das classes de menor poder aquisitivo – inclusive no que diz respeito ao consumo de informação (MAIA, 2011, p. 11).

O autor ainda argumenta em relação à linguagem jornalística, evidenciando a urgência percebida nos telejornais de afastamento de um discurso homogêneo e indiferenciado, para que seja possível alcançar um “tratamento personificado, onde cada telespectador é convidado a “bater um papo” com o apresentador e, ainda, colaborar com a elaboração do telejornal sugerindo pautas, enviando perguntas para os debates além de fotos e vídeos que muitos provavelmente serão exibidos” (MAIA, 2011, p. 11-12). A caráter de exemplificação do que se afirma, apresenta-se este exemplo:

Âncora 1 - Agora bora mostrar mais tapetes de Corpus Christi. Registros que vêm de Vila Velha, imagens que nossa equipe fez em Itapoã, essa daí é a avenida Jair de Andrade, uma das principais lá do bairro Itapoã, tapetes que foram preparados com muito carinho pelos moradores, pelos fiéis. Eles fazem durante a noite, gente. Ficam aí um tempão fazendo, ficam aí uma verdadeira obra de arte. Isso aí foi em Itapoã. Tem um outro tapete que foi feito na paróquia São João Paulo 2, ali pertinho ali em Itaparica, em Vila Velha.
*Âncora 2 - **Quem fez esse registro mandou a foto pra gente foi a Edinalva. Obrigada, viu, Ednalva pela colaboração com a gente aqui.***

Nesse trecho, fica clara a participação do telespectador na constituição e elaboração do jornal. As imagens captadas pelo público passam a incorporar o material exibido nos jornais diários. Além disso, fala-se com o telespectador – mesmo que não haja uma resposta direta – para sustentação do vínculo criado. Durante a codificação dos dados, foi bem comum encontrar passagens similares. Seguem algumas:

*Âncora 1 - Olha, a gente tá mostrando aqui mais um ataque na Piedade, muita gente mandando muitas mensagens aqui pro nosso aplicativo. Enquanto você vai vendo as imagens de ontem e de hoje, eu vou ler duas opiniões, eu queria ler todas, gente, mas infelizmente não temos tempo. **Eu vou falar aqui a opinião da Eliane/Luciane, de Cariacica. Ela diz o seguinte, olha gente, quem solta o traficante é justiça, “devemos cobrar do judiciário”, e ela pediu pra eu falar assim, Rafaela fala no ar, que “a PM prende e a justiça solta”. Essa é uma reclamação que a PM sempre faz, né, de enxugar gelo, a PM prende, a justiça solta e a gente vai além, não é só o judiciário, a lei manda soltar também. Tem mais opinião aqui, opiniões muito contundentes, tá, gente? **Eu vou ler aqui da Lurdes Barbosa, de Vitória. Ela fala o seguinte: porque o coronel Geovane disse que tinha dois policiais lá, fazendo essa ronda, né, de rotina, ela fala: “imagine, dois policiais com armas inferiores à dos bandidos sozinhos num morro cheio de bandidos, não dá”. A cúpula da segurança pública deveria assumir que existe facção de*****

traficantes de outros estados e partir pra um confronto antes que Vitória se transforme em um Rio de Janeiro. Essa é a opinião da Lurdes Barbosa de Vitória.

Âncora 2 - e **ossos parceiros do ES1** tão mandando várias mensagens pro nosso aplicativo e as operações têm que continuar.

Nesse último exemplo, o telespectador é considerado um *parceiro* pelo âncora, uma vez que contribui com mensagens no aplicativo da Rede Gazeta. As opiniões do público são exibidas ao vivo e ainda são analisadas pelos âncoras. Todas essas estratégias visam a alcançar cada uma das pessoas que assiste ao programa, em várias comunidades do estado, fazendo-a se sentir participante do que está acontecendo e, ao mesmo tempo, que essas pessoas percebam o interesse da instituição pelas diferentes situações passadas pelo telespectador. Em outras palavras, busca-se a criação de laços, vínculo, ideia de pertencimento mútuo e identidade entre os interlocutores. Para Oliveira Filho (2018), no entanto, apenas uma pesquisa de recepção poderá constatar a efetividade ou não de cada uma dessas estratégias, uma vez que, em razão da afiliação a uma grande rede de TV, existe subordinação a uma única política editorial nacional, o que faz com que os padrões globais sejam os mesmos no Amazonas e no Espírito Santo, ou em Santa Catarina, de modo que, paradoxalmente, se pressupõe uma homogeneidade quanto ao público.

5 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados e as interpretações dos dados coletados a partir da gravação de episódios completos do ESTV 1ª edição da Grande Vitória/ES, de modo a evidenciar o diálogo desses resultados com todos os pressupostos anteriormente elencados. Assim, destaca-se, abaixo, a divisão dessa discussão por variáveis independentes selecionadas para o estudo.

5.1 O FENÔMENO DA ALTERNÂNCIA PRONOMINAL

Foram analisados, nesta pesquisa, 3986 dados, dos quais 2710 (68,0%) correspondem a ocorrências da forma inovadora, *a gente*, e 1276 (32,0%) correspondem a casos da forma canônica *nós*. Tal dado se relaciona diretamente aos resultados encontrados por Mendonça (2010) e Foeger (2014). Respectivamente, obteve-se nesses estudos, o total de 70,8% e 53,9% de frequência para a forma inovadora, confirmando a hipótese inicial de semelhança entre tais estudos e esta pesquisa. No caso de Foeger, tem-se uma pequena diferença quantitativa tendo em vista o público participante da pesquisa, não oriundo de Vitória-ES, e sim da zona rural do mesmo estado.

Todas as variáveis elencadas para a realização das rodadas pelo Goldvarb X foram selecionadas na seguinte ordem, no caso da rodada geral. Considerando o maior número de dados, considerou-se, para a realização de uma segunda rodada apenas os casos na função de sujeito, descritos abaixo:

Tabela 2 - Efeito da variável função sintática no uso da forma *a gente* vs. *nós* na fala dos participantes do ESTV 1ª edição

Função sintática	n/N	%	PR
Objeto Indireto	262/282	92,9%	0.766
Sujeito	2194/3293	66,6%	0.496
Objeto Direto	186/293	63,5%	0.344
Outras Funções	61/108	56,5%	0.310
TOTAL	2703/3986	68,0%	

Fonte: Elaborada pelo autor

Como se pode verificar na tabela acima, a função sintática com o maior número de ocorrências foi a de sujeito, em casos semelhantes ao slogan da TV Globo, *A gente se vê por aqui*. A função sintática que mais favorece, por outro lado, a ocorrência da forma inovadora é a de objeto indireto, em casos como

- a) *Essa foto aqui quem mandou **pra gente** foi o Jairo Ramos lá de Vila Velha. Tá aí, ó, cê vê até o Convento da Penha, tá aqui, ó, quase sumindo na nuvem. Diz ele que em Vila Velha tá chovendo nesse momento.*

Os casos de objetos diretos desfavorecem o uso da forma inovadora, em casos como

- b) *Muito bem, né? Anjo da guarda forte. A cena lá do Rafael deixou **a gente** aqui impactado, né, tanto quanto ele ali, né, no acidente? E ver ele conversando agora, né, Filipe? Claro, tá ali no hospital, ainda tá/tem operar, mas tá bem, né? Que bom!*

Utilizou-se o termo “outras funções” para as ocorrências de adjuntos adnominais, adjuntos adverbiais, agentes da passiva e complementos nominais que, por sua vez, representam pouquíssimos dados e, justamente por isso, foram agrupados em uma única categoria. Além disso, as ocorrências com *nosso(a)*, por se tratarem de expressões que parecem cristalizadas, parece não haver variação. Assim, casos como o apresentado abaixo (c), foram desconsiderados, uma vez que a estrutura “*equipe da gente*” não ocorreu nenhuma vez.

- c) *Sargento, foi isso que os moradores disseram hoje cedo pra **nossa equipe**. Eles falaram que por volta da meia noite os policiais saíram e foi nesse momento então que esse pessoal chegou atirando, incendiando as casas...então no momento os policiais não estavam lá ainda.*

Em comparação com os dados de Mendonça (2010), também com dados relativos à função sintática de sujeito, é possível verificar uma semelhança quanto ao uso das formas pronominais de 1PP na cidade de Vitória, sede do telejornal em estudo (70,8% de uso de *a gente* e 29,2% de uso de *nós*). Essa semelhança já era esperada, uma vez que, conforme mencionado, o telejornal busca uma aproximação com seu público/audiência, conforme propõe Bell (1984). Vale ressaltar que as amostras utilizadas para os estudos são bem distintas, apesar de pertencerem a uma mesma comunidade. Além disso, deve-se ressaltar que a pequena diferença encontrada entre os índices de uso pode indicar que, nas entrevistas sociolinguísticas, a fala dos informantes se aproxima um pouco mais do vernáculo do que na situação de telejornal, situação a partir da qual foi gravado o material para este estudo.

A partir da verificação desses dados, optou-se pela escolha da função de sujeito, que compreende o maior número de ocorrências, para fazer, a partir dela, uma outra rodada. Com base, então, nessa segunda rodada, a qual obteve convergência em todos os tópicos, é que serão apresentados em sequência as variáveis selecionadas pelo Goldvarb X. Nessa rodada, então, as variáveis selecionadas pelo programa foram todas as selecionadas para realização desta pesquisa, na seguinte ordem: papéis sociais dos falantes, tempo e saliência fônica, sequências discursivas, sexo, tópico discursivo e, por fim, interlocutores. A seguir, apresentam-se os resultados para cada uma das variáveis mencionadas.

5.1.1 Papel social (âncora, repórter de rua ou entrevistado)

Tabela 3 – Efeito da variável papel social dos falantes no uso de *a gente* na função de sujeito na fala dos participantes do ESTV 1ª edição

Papel social	n/N	%	PR
Âncoras	789/927	85,1%	0.715
Repórteres	586/790	74,2%	0.570
Entrevistados	826/1586	25,1%	0.337
TOTAL	2201/3303	66,6%	

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

Tanto na rodada geral quanto na rodada feita a partir apenas dos casos da função sintática de *sujeito*, obteve-se como primeiro grupo de fatores selecionado o *papel social dos falantes* (âncoras, repórteres de rua e entrevistados). Os dados destacados pela tabela acima evidenciam algo interessante: quem mais favorece o uso de *a gente* no contexto do telejornal em análise são os jornalistas âncoras, que representam a TV Gazeta, aquela do *É a gente com você*, filiada, por sua vez, à TV Globo, cujo slogan já foi citado logo acima.

Percebe-se um caráter representativo em relação ao uso linguístico no que diz respeito aos propósitos da emissora em se aproximar do público e de cada sujeito, no seu papel social, ao realizar, a seleção de uma ou outra forma pronominal. Assim tem-se que os jornalistas âncoras, aqueles que representam o jornal e, conseqüentemente, a emissora, fazem uso, na maioria das vezes, da forma inovadora.

Os entrevistados, por sua vez, por estarem em situação em que verificam a necessidade de adequação a um grande público, por meio de uma grande visibilidade e representatividade, desfavorecem a forma inovadora. Defende-se, nesta pesquisa, uma congruência que motiva a seleção pela forma canônica em detrimento da forma inovadora, em muitos casos, é a adaptação que se faz ao interlocutor, à audiência e aos tópicos discursivos, conforme propõe Bell (1984). Além disso, pode-se citar o fato de que os entrevistados se encontram em uma situação comunicativa com a qual não estão habituados, uma entrevista televisiva. Têm consciência de que essa aparição no telejornal será vista por um grupo de pessoas não conhecidas muito grande e que sua fala, sua aparência, seu estilo serão avaliados, daí a necessidade de se aproximarem da variedade padrão.

Já os repórteres de rua parecem figurar como uma espécie de mediação entre a fala dos âncoras e à fala dos entrevistados, as quais caminham uma ao encontro da outra. Desse modo, os repórteres correspondentes, demonstram realizar uma ponte entre os entrevistados e os jornalistas âncoras, tanto no sentido literal e mecânico, da situação que efetivamente exige a atuação desse profissional, mas, principalmente, no que se refere aos mecanismos linguísticos empregados por todos os sujeitos que compõem as partes do telejornal local.

No momento de análise dos dados, realizou-se uma rodada considerando separadamente cada locutor, de modo que se obteve uma rodada apenas com os âncoras, uma apenas com os repórteres e outra considerando-se apenas a fala dos entrevistados. No entanto, os resultados verificados nessas rodadas isoladas não foram tão produtivos, com uma quantidade grande de casos de não convergência e de knockouts. Por esse motivo, foi considerada apenas a rodada geral, realizada a partir dos casos de sujeito, como para todos os outros grupos de fatores.

5.1.2 Tempo verbal e Saliência Fônica

Tabela 4 - Efeito das variáveis *tempo verbal* e *saliência fônica* no uso de a gente na função de sujeito na fala dos participantes do ESTV 1ª edição

Tempo verbal / saliência fônica	n/N	%	PR
Pretérito imperfeito	81/109	74,3%	0.661
Presente ambíguo	544/710	76,6%	0.655
Presente. (- amb. / - sal.)	969/1497	64,7%	0.495
Presente (- amb. + sal.)			

Pret. Perf. (+ amb. / + Sal.)			
Pret. Perf. (- amb. / - Sal.)	396/716	55,3%	0.333
Pret. Perf. (- amb. / + Sal.)			
TOTAL	1990/3032	65,6%	

Fonte: elaborada pelo próprio autor

Como descrito na tabela acima e pressuposto no início deste estudo, os casos que mais favorecem o uso da forma inovadora são os de imperfeito, em consonância com os resultados obtidos pelo estudo de Scherre, Naro e Yacovenco (2018). As formas proparoxítonas, no caso do imperfeito (*estávamos*) são as que mais desfavorecem o uso da forma canônica como já se esperava. Os casos de presente ambíguo, por sua vez, também são favorecedores da forma pronominal inovadora, uma vez que esta representa a possibilidade de encerrar a ambiguidade temporal existente (*nós compramos* (passado / presente) X *a gente comprou / a gente compra*).

Os casos de presente não ambíguo, como esperado, apresentam um comportamento bem neutro, com 0.495 de peso relativo, o que dialoga também com os dados encontrados pelos autores supracitados. Os casos de pretérito perfeito também são desfavorecedores da forma inovadora, uma vez que, como apontam Scherre, Naro e Yacovenco (2018), quanto maior a saliência fônica, maior a tendência de uso por parte dos falantes de uso da forma canônica *nós*.

De todos os dados transcritos e codificados, foram encontrados pouquíssimos com ausência de concordância. Há um total de 06 ocorrência de *nós* sem o *-mos* e 9 casos de *a gente* com *-mos*.

Quadro 7 – Ocorrência de *nós* sem ‘-mos’

i – <i>Nós tava numa confraternização de família e depois que alterou os ânimos e acabou tendo uma confusão. O tio disse que a relação entre pai e filho ficou estremecida desde que o vídeo começou a circular.</i>
ii - <i>Pegou ela pelos cabelos e arrastou. Nós tentou falar com ele, faz isso não, faz isso não, ele falou assim que não ia fazer</i>
iii - <i>Quando a gente viu, nós já tava já tombando o carro, já descendo já a ribanceira</i>
iv - <i>Aqui é direto, dia e noite. É na rua, na padaria, comércio, é no ponto de ônibus, é dentro de casa, no lugar que tiver. Tá desse jeito. Segurança nós não tem.</i>
v - <i>Porque ler o livro é muito legal e nós ajuda o outro, a pessoa ficar inspirado.</i>
vi - <i>[nós] entregou os resultados desse acompanhamento.</i>

Fonte: elaborado pelo próprio autor

No quadro acima, verifica-se que, dos poucos dados em que ocorre a falta de concordância, a ausência do morfema ‘-mos’, dois deles representam formas de pretérito iguais ao presente, o (ii) e o (vi), em que ocorrem os verbos *tentar* e *entregar*. Mesmo tendo utilizado a forma canônica de 1ªPP, verifica-se a ação da saliência fônica em relação à preferência por formas menos ambíguas, nesses casos. Além disso, destaca-se a ocorrência de dois casos de imperfeito (i) e (iii), em que se evitou o uso proparoxítono; e há, também, um caso de presente ambíguo (v), em que se prefere à forma verbal equivalente à 3ª pessoa do singular.

Quadro 8 – Ocorrência de *a gente* com ‘-mos’

I – <i>A gente avistamos de lá de cima os pessoal, né/lá/que/contra crime, é, gritando de lá pra cá, os policiais foi e pediu reforços. Ela estava de mudança pro morro, mas agora preferiu esperar</i>
II - <i>Na hora que a gente / estávamos entrando colocaram a arma e pediram pra todo mundo já, aqueles que tinham entrado no carro para sair.</i>
III - <i>Isso que eu expliquei naquela hora que a gente perguntou pra polícia civil e não tivemos resposta porque, segundo a polícia, hoje a DPCA não está funcionando.</i>
IV - <i>Vai, se deus quiser. E não vai pros pênaltis, a gente vão ganhar deles sem pênalti.</i>
V- <i>a gente tava chorando no começo, a gente sabemo a vitória ia vim pra gente.</i>
VI - <i>Com isso nós vamos, hoje é onde a gente vivemo, a gente vai dar mau qualidade</i>
VII - <i>A gente vão sentar e conversar.</i>
VIII - <i>o funcionamento do shopping center permanece seguindo orientação do decreto sempre de segunda a sexta-feira em horário reduzido, aquele horário que a gente já falamos aqui, né?</i>
IX - <i>– A gente já é pobre, e perder o bem que a gente é/conquistamos trabalhando. A gente/é tá todo mundo com medo. Eu mesmo, sou uma pessoa, eu tô com medo</i>

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

No Quadro 8, destacam-se alguns pontos: em I, há uma ocorrência na fala de um policial entrevistado em que, aparentemente, houve uma mudança, uma reformulação de *a gente* para *nós*, no meio da fala, de modo que o falante, talvez, tenha (re)considerado a situação de fala, como já discutido em situações anteriores. Em um estudo que considerasse aspectos fonéticos e fonológicos, provavelmente se perceberia uma espécie de pausa entre o sujeito e o verbo em

seguida. O mesmo fenômeno ocorre em II que, coincidentemente, é também um trecho extraído da fala de um policial em situação de entrevista.

Em III, há um espaço considerável entre o sujeito e o verbo sem concordância. Esse espaço, preenchido por outros elementos, pode favorecer a mudança, inclusive, de sujeito, de *a gente* para *nós* implícito. Em IV e V, trechos extraídos da fala de uma mesma pessoa, em situação de entrevista, verifica-se uma tentativa de aproximação da variedade padrão da língua. Em VIII ocorre algo interessante: o jornalista âncora usa uma forma fora do padrão, em “*a gente já falamos*”, o que chamou bastante atenção durante a codificação do material. No último caso, IX, houve um espaço na fala entre o *a gente* e o *conquistamos*, o que, devido à situação discursiva, pode ter motivado uma reformulação em busca da aproximação por uma forma padrão.

Como se pode verificar, o número de ocorrências sem concordância, no universo de dados analisado, é muito insignificante, mas apresenta questões interessantes: todos os casos de ausência de concordância relativos ao uso de *nós* são de falantes do sexo masculino e de tempos verbais bem variados. Os casos de *a gente* com o morfema de plural ‘-mos’, por outro lado, ocorrem majoritariamente na fala de mulheres, também com tempos verbais variados.

5.1.3 Sequências discursivas

O segundo grupo de fatores selecionado pelo Goldvarb X na rodada em que se considerou apenas a função sintática de sujeito foi a de sequências discursivas.

Tabela 5 - Efeito da variável sequências discursivas no uso de *a gente* na função de sujeito na fala dos participantes do ESTV 1ª edição

Sequências discursivas	n/N	%	PR
Argumentação Externa	132/171	77,2%	0.661
Descrição externa	139/182	76,4%	0.625
Diálogo Externo	286/332	86,1%	0.607
Narração externa	1358/2021	67,2%	0.528
Argumentação interna	39/75	52,0%	0.375

Diálogo interno	124/147	84,4%	0.339
Descrição interna	10/22	45,5%	0.298
Narração interna	113/353	32,0%	0.233
TOTAL	2201/3303	66,6%	

Fonte: elaborada pelo próprio autor

Ponto merecedor de destaque, com base na tabela acima, é o fato de que todas as sequências discursivas externas, isto é, aquelas em que pelo menos um dos participantes se encontra fora do estúdio de gravação/transmissão do jornal, favorecem o uso de *a gente*, ao passo que as sequências internas, ou seja, aquelas em que todos os participantes se encontram no estúdio, desfavorecem a forma inovadora.

Quase com o mesmo peso relativo (0.661), as sequências argumentativas externas figuram como favorecedoras de *a gente*, o que chama bastante a atenção. Acreditava-se, em um primeiro momento, que essas sequências favoreceriam o pronome canônico, a considerar os contextos comunicativos em que se faz necessário recorrer à argumentação, bem como aos tópicos discursivos em que esse tipo de sequência aparece e, principalmente, aos interlocutores que podem figurar numa relação argumentativa. Sendo assim, comprova-se parcialmente a hipótese relacionada às sequências discursivas. Em uma rodada feita com as sequências amalgamadas em internas e externas evidenciam essa análise, de forma que, juntas, as sequências externas demonstram um leve favorecimento à forma pronominal *a gente* em oposição ao grande desfavorecimento ao uso inovador apresentado pelas sequências discursivas internas.

Tabela 6 - Efeito da variável sequências discursivas (amalgamadas em externas e internas) no uso de *a gente* na função de sujeito na fala dos participantes do ESTV 1ª edição

Sequências discursivas	n/N	%	PR
Externas	1870/2563	70,5%	0.554
Internas	266/572	46,5%	0.266
TOTAL	2136/3225	66,2%	

Fonte: elaborada pelo próprio autor.

É interessante observar como as sequências menos vernaculares e internas ao estúdio desfavorecem, em geral, o uso de *a gente* em comparação ao *nós*. As sequências de narração e descrição são as que mais desfavorecem o uso da forma inovadora, o que pode estar relacionados aos tópicos discursivos e aos interlocutores acionados nessas situações comunicativas. A maioria das sequências internas têm como interlocutores os âncoras, com exceção apenas dos casos de entrevista no estúdio. Os âncoras, enquanto interlocutores (ver abaixo), não favorecem o uso da forma inovadora, apresentando comportamento neutro.

5.1.4 Sexo

A terceira variável selecionada pela rodada feita considerando-se apenas a função de sujeito foi a de sexo dos falantes. Conforme propõem Scherre; Yacovenco (2011, p. 139), “em configurações menos marcadas – e não necessariamente mais prestigiadas –, as mulheres estão à frente na variação e na mudança”, isso se torna relevante pelo fato de *a gente* poder ser considerada menos marcada, tendo em vista sua frequência de uso no PB.

Tabela 7 - Efeitos da variável sexo no uso de *a gente* na função de sujeito na fala dos interlocutores do ESTV 1ª edição

Sexo	n/N	%	PR
Feminino	901/1203	74,9%	0.573
Masculino	1296/2096	61,8%	0.458
TOTAL	2197/3299	66,6%	

Fonte: elaborada pelo autor

Em acordo com todos os trabalhos realizados com foco na variação pronominal de 1PP, os quais foram mencionados acima, os falantes do sexo feminino (0.573) indicam tendência a favorecer o uso da forma inovadora, em oposição aos falantes do sexo masculino (0.458). Verifica-se um uso de 74,9% de *a gente* para as mulheres e de 61,8% dessa forma pronominal para os homens. Esses dados corroboram a ideia de que as mulheres lideram o processo de mudança linguística, preferindo as variantes inovadoras quando elas não representam estigma ou “ameaça” à identidade do grupo, da comunidade.

Em análise aos dados, tanto a jornalista âncora quanto as repórteres e entrevistadas favorecem, em percentual, o uso de *a gente*, evidenciando o comportamento descrito acima: a jornalista âncora é a que mais usa a forma inovadora, as entrevistadas são as que menos utilizam *a gente*, e as repórteres, por sua vez, são as que se encontram no meio termo, as que representam um uso mais intermediário entre o que seus interlocutores apresentam como comportamento linguístico de maior ou menor uso da forma pronominal inovadora.

Os participantes do sexo masculino, por sua vez, demonstram um comportamento mais próximo aos resultados de trabalhos citados anteriormente: menos favorecimento da forma inovadora em comparação às mulheres. Evidencia-se, assim, que os jornalistas âncoras e repórteres, independente do sexo, usam mais a forma inovadora, em detrimento do *nós*.

5.1.5 Tópico discursivo

A quarta variável selecionada na rodada feita considerando apenas a função sintática de sujeito foi o tópico discursivo. Como se pode verificar na tabela abaixo, o tópico que mais favorece o uso da forma pronominal inovadora, *a gente*, é *esporte* (0.773), com 84,0% das ocorrências. Esse fato dialoga, parcialmente, com a hipótese deste estudo de que as ocorrências relativas a tópicos de maior engajamento de/com público telespectador e com os entrevistados e participantes das reportagens, por exemplo, como é o caso do tópico *esporte*, haveria maior favorecimento à forma inovadora.

Tabela 8 – Efeito da variável tópico discursivo na função de sujeito na fala dos participantes do ESTV 1ª edição do ESTV 1ª edição

Tópicos discursivos	n/N	%	PR
Esporte	100/119	84,0%	0.773
Entretenimento	168/220	76,4%	0.571
Polícia	500/690	72,5%	0.501
Cidade	1292/1945	66,4%	0.492
Política	109/294	37,1%	0.374
TOTAL	2196/3268	66,4%	

Fonte: elaborada pelo autor.

Por outro lado, o tópico discursivo que mais desfavorece o uso da forma inovadora, como se pode verificar, é o relativo à *política*. Parece ser esse o tópico em que mais os locutores se distanciam de seu público, em especial os telespectadores, visando à construção ou manutenção de uma identidade de maior adaptação, por outro lado, ao que supostamente se espera de um sujeito ao tratar desse tópico discursivo. Um elemento bastante importante a se considerar é que o tópico *esporte*, em geral, foi realizado em sequências discursivas externas, em contextos de maior proximidade com o público (entrevistados e interlocutores), com os participantes mais conhecidos e mais ratificados, conforme aponta Bell (1984), ao passo que o tópico *política*, por sua vez, teve como contextos de ocorrência apenas sequências discursivas internas, em entrevistas ao vivo, com os âncoras. Nesses casos, então, havia interação face a face com apenas um ou dois interlocutores endereçados e ratificados, apesar de se saber da existência de outros interlocutores ratificados, porém não endereçados. Isso pode explicar o não favorecimento à ocorrência de *a gente*, uma vez que se distancia do público (moradores de Vitória-ES e região metropolitana), falantes de *a gente*, conforme explicitado.

Aqui, se pode perceber que, por haver audiências diferentes e, por haver a necessidade de os participantes dessas situações comunicativas se adaptarem a públicos diferentes, o que Bell (1984) denomina de *Design de Referência*, esses dados podem explicar a variação estilística relativa aos tópicos discursivos em xeque.

5.1.6 Interlocutores

A próxima variável selecionada pelo GoldvarbX é a de interlocutores, apesar de não ter sido a primeira, ou uma das primeiras, conforme esperado no início do desenvolvimento desta pesquisa. A hipótese inicial era de que a variação pronominal de 1PP, no telejornal em questão, ocorre, também, em função dos interlocutores, ou seja, da audiência, de com quem se fala. Apesar disso, há variação considerável em relação aos interlocutores, como segue na tabela abaixo:

Tabela 10 – Efeito da variável interlocutores na fala dos locutores do ESTV 1ª edição do ESTV 1ª edição

Interlocutores	n/N	%	PR
Político	35/37	94,6%	0.911
Pessoa Pública	15/16	93,8%	0.776

Profissional/ Especialista	41/50	82%	0.622
Âncora	438/796	55%	0.598
Cidadão comum	29/35	82,9%	0.506
Repórter	703/1154	55,0%	0.479
Telespectador	938/1213	77,3%	0.452
TOTAL	2199/3301	66,6%	

Fonte: elaborada pelo autor.

Interessa observar na tabela acima o fato de que os dois tipos de interlocutores que mais favorecem o uso de *a gente* se referem aos casos de políticos e de pessoas públicas. Importa ressaltar, mais uma vez, que todos os casos de interlocução com políticos foram realizados dentro do estúdio, exclusivamente pelos jornalistas âncoras, locutores que mais favorecem a variante inovadora, em detrimento de *nós*. Essa talvez seja uma das explicações possíveis para o favorecimento tão grande verificado pela rodada feita considerando apenas os casos com função sintática de sujeito.

Nesses casos, ainda em específico às situações de interlocução com políticos, pode-se depreender a necessidade e a relevância de que os jornalistas âncoras, enquanto representantes da emissora e, mais ainda, representantes da “voz do povo”, nas entrevistas feitas aos políticos, usem as marcas linguísticas que os possibilitariam desempenhar esse papel. Os jornalistas, na situação de diálogo e em adaptação aos seus destinatários ratificados e endereçados, os políticos, precisam se comportar como seus telespectadores se comportariam na situação mais vernacular possível. Essa pode ser uma perspectiva de análise para a ocorrência desse fenômeno verificado. Outro ponto de destaque é que, no caso de interlocução com pessoas públicas, grande parte, senão todos, os casos de diálogo com esses falantes também se deram nos mesmos moldes: dentro do estúdio e exclusivamente com os jornalistas âncoras.

Os interlocutores que menos favorecem o uso da variante inovadora são os repórteres e os telespectadores, uma vez que os âncoras mantêm relações de interlocução com os repórteres – que não favorecem tanto o uso de *a gente* –, por um lado e, por outro, os que se relacionam com os repórteres de rua são os entrevistados, aqueles que menos usam a forma inovadora na fala em entrevistas e reportagens gravadas ao/pelo telejornal.

Importa destacar alguns pontos: i) não há, nos dados controlados nesta pesquisa, situações de interação entre *entrevistados* e *políticos*, uma vez que os políticos se encontravam em situação de entrevista; ii) os jornalistas âncoras, ao falarem com pessoas públicas utilizando pronome

em posição de sujeito, o fazem somente por meio do *a gente*, com 100% das ocorrências, o que converge com a ideia de se aproximarem e, mais do que isso, evidenciam essa proximidade com o público, nas interações de entrevista (no estúdio) com as pessoas públicas. O que se pode notar, em relação aos dados expostos, é que, conforme a proposta de Bell (1984), vários elementos, principalmente tópico discursivo, locutores e interlocutores, em conjunto, condicionam a variação estilística quanto ao uso do pronome de 1PP na fala dos participantes do ESTV 1ª edição. Entende-se que uma das razões possíveis para que os interlocutores tenham sido selecionados como fatores predominantes para a motivação da variação estilística, conforme pensado inicialmente, seja o fato de não ter havido comparação entre os mesmos locutores (âncoras, no caso) falando com interlocutores (telespectadores, especialmente) diferentes, como no caso do estudo de Allan Bell (1984). O que ocorreu, neste estudo, foi a interação entre todos os participantes do mesmo telejornal entre si, em maior ou em menor grau, a depender das situações comunicativas.

No entanto, a variável *interlocutores* não deixou de ser selecionada pelo programa computacional utilizado, mostrando-se, junto com todos os outros grupos de fatores, como relevante para a variação estilística analisada aqui. Assim, verifica-se que, apesar de não ter ocupado a primeira posição de seleção, esse grupo de fatores seja, sim, uma motivação para a variação linguística no ESTV 1ª edição, em conjunto com outros grupos já evidenciados em outras seções. Por esse motivo, mantém-se a ideia de que a variação verificada na amostra seja um caso de *audience design*, conforme a concepção de Bell (1984).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigou-se neste estudo o fenômeno linguístico da alternância pronominal de 1PP no PB, a variação entre *nós* e *a gente*, na fala dos participantes do telejornal ESTV 1ª edição, exibido diariamente aos telespectadores da Grande Vitória-ES e região metropolitana, sob a perspectiva da Sociolinguística Variacionista. Esta pesquisa, com um conjunto de dados totalmente novo, partiu do pressuposto de que a variação linguística em questão estaria atrelada, principalmente, à audiência, conforme propõe Bell (1984). Foi possível verificar, a partir da rodada geral feita pelo *software* Goldvarb X, que a forma inovadora representa 68,0% das ocorrências, enquanto a forma canônica ocupa 32,0% dos 3986,0 analisados na rodada geral. Dessa mesma rodada, obteve-se como primeira variável selecionada a *função sintática*, tendo a posição de *sujeito* o maior número de dados computados.

Em uma nova rodada, em consideração apenas aos dados relativos à função de sujeito, foram selecionadas, na sequência, a variável de *papel social dos locutores* (jornalistas âncoras / repórteres / entrevistados), *tempo verbal e saliência fônica*, *sequências discursivas* (dialogais, argumentativas, narrativas e descritivas) internas e externas, *sexo* (masculino e feminino) dos falantes / *tópico discursivo* (policial / cidade / entretenimento / esporte / política) e, por fim, os *interlocutores* (âncora / repórter / cidadão comum / telespectador / pessoa pública / profissional / político). Ou seja, todos os grupos de fatores elencados para o desenvolvimento desta pesquisa foram selecionados como relevantes estatisticamente pelo programa computacional utilizado.

Em relação aos *locutores*, verificou-se o fato de que quem mais favorece o uso da forma inovadora são os jornalistas âncoras. Como se defende neste texto, esses locutores são aqueles que representam a instituição à qual estão vinculados formalmente, instituição essa que tem em seu slogan o próprio *a gente* (*é a gente com você*). A TV Gazeta, por sua vez, afilia-se à Rede Globo, cujo identidade é marcada pelo (*A gente se vê por aqui*). Os entrevistados, em adaptação aos seus interlocutores mais ratificados e mais endereçados, como propõe Bell (1984) são os que menos favorecem o uso da forma inovadora, uma vez que, em acordo ao contexto comunicativo e aos tópicos discursivos aos quais enquadraram-se suas falas, buscam convergência com o que pressupõem ser o esperado enquanto manifestação linguística. Os repórteres de rua, por sua vez, apresentam um comportamento intermediário entre os jornalistas âncoras e os entrevistados. Aliás, o que eles fazem é exatamente mediar a fala dos âncoras e dos entrevistados em situações externas ao estúdio de gravação/transmissão do telejornal.

Quanto ao tempo verbal e à saliência fônica, verifica-se a convergência dos resultados aqui obtidos com outros estudos desenvolvidos a partir de outras amostras de fala do Brasil, como no caso de estudo de Scherre, Naro e Yacovenco (2018). Assim, casos de pretérito imperfeito favorecem bastante o uso de *a gente* (*a gente estava x nós estávamos*). Os casos de presente ambíguo também favorecem o uso da forma inovadora (*a gente compra x nós compramos*). Os casos de presente menos ambíguos apresentam comportamento mais neutro quanto à variação estilística (*a gente é x nós somos*), o que demonstra que maior saliência fônica favorece menos o uso de *a gente*. Por fim, ainda em consonância com o estudo supracitado, os casos de pretérito perfeito menos ambíguos desfavorecem o uso da forma pronominal inovadora.

Quanto às sequências discursivas, verificou-se que as externas, isto é, aquelas cujos participantes se encontram fora do estúdio (pelo menos um dos participantes), são as que favorecem o uso do *a gente*, em detrimento das situações internas (aquelas em que todos os participantes se encontram no estúdio do ESTV 1ª edição). Outro ponto de destaque é o comportamento das sequências de diálogo externo e de argumentação externas, as duas que mais favoreceram o uso da forma inovadora. Defende-se, nesta pesquisa que as sequências dialogais são as que mais se aproximam do vernacular dos falantes de Vitória-ES, marcado pelo uso do *a gente*. O que não se esperava era que a sequência argumentativa também favorecesse esse uso.

Os falantes do sexo feminino, corroborando todos os estudos mencionados nesta dissertação, são os que favorecem o uso de *a gente* em detrimento ao pronome cânone. A jornalista âncora é a que mais usa a forma inovadora, as entrevistadas são as que menos utilizam *a gente*, e as repórteres, por sua vez, são as que se encontram no meio termo, as que representam um uso mais intermediário entre o que seus interlocutores apresentam como comportamento linguístico de maior ou menor uso da forma pronominal inovadora. Esses resultados corroboram com a ideia de que as mulheres, em situação de não-estigma, lideram os processos de mudança linguística.

Quanto ao tópico discursivo, obteve-se que, como esperado, situações de maior envolvimento vernacular entre locutores e interlocutores favorecem o uso da forma inovadora. Sendo assim, o tópico *esporte* foi o que mais favoreceu o uso de *a gente*, em oposição ao tópico de política. Isso pode ser explicado pelo fato de que este tópico só ocorreu em situações discursivas internas, ao passo que aquele aconteceu quase exclusivamente em contextos de contato com cidadãos comuns e com maior número de pessoas em situações cotidianas, fora do estúdio de gravação/transmissão do ESTV.

Os interlocutores que mais favoreceram o uso de *a gente*, por mais impensável que pudesse ser em primeiro momento, foram os políticos, em situação de entrevista. Isso se deu, como defendido neste texto, pelo fato de os políticos terem tido contato, nos dados aqui analisados, exclusivamente com os jornalistas âncoras, locutores esses que mais favorecem o uso da forma inovadora. Entendeu-se nesta pesquisa que o maior uso de *a gente* com esses interlocutores se deu pelo fato de os âncoras buscarem se aproximar do público telespectador e se colocarem como pertencentes à comunidade propriamente que tinha cobranças e questionamentos a serem feitos aos candidatos ao governo do estado, conforme se verificou nas seções anteriores. Sendo assim, o jornal teria maior aceitabilidade e confiabilidade por parte do público/audiência, uma vez que estaria próximo a esse grupo.

Acredita-se que, após o desenvolvimento desta pesquisa com a amostra desenvolvida no que diz respeito ao papel do interlocutor na variação estilística dos participantes do telejornal, seja possível fazer algumas afirmações: I) não é apenas o interlocutor por si só que motiva a variação estilística, mas a relação entre o interlocutor, o cenário (interno e externo, neste caso), os tópicos discursivos, como propôs Bell (1984) e as sequências discursivas, incluídas nessa empreitada; e II) talvez seja interessante, para analisar os efeitos da variável *interlocutores*, desenvolver uma pesquisa nos moldes propostos pelo linguista e jornalista, tendo em vista os mesmos locutores falando em instituições diferentes para telespectadores diferentes, o que não é algo tão simples de se encontrar nos dias de hoje.

É necessário, sobretudo, o desenvolvimento de novas pesquisas comparando as variações estilísticas nos telejornais desde o início da constituição da tv no Brasil, desde que haja material gravado para isso. Assim, seria possível relacionar o desenvolvimento da configuração dos próprios telejornais (nacionais e/ou locais) às variações e mudanças nos mais diferentes fenômenos linguísticos. Além disso, torna-se possível o estudo comparativo entre os resultados aqui encontrados, com um telejornal local da TV Gazeta (afiliada da Rede Globo) no Espírito Santo, e outro jornal de outra afiliada da mesma emissora, em outra capital do Brasil ou de outra emissora na própria cidade de Vitória-ES. A partir desses estudos, relacionando aspectos linguísticos com a mídia, viabiliza-se uma descrição importante de um registro do Português Brasileiro, transmitido e reproduzido por milhares de pessoas, de forma ainda não realizada.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, J. M. **Les Textes: types et propotype**. Paris: Nathan, 1992.
- BACK, A. C. P. et al. CLASSIFICAÇÃO DAS SEQÜÊNCIAS DISCURSIVAS EM ENTREVISTAS SOCIOLINGÜÍSTICAS. **Anais do 6º Encontro Celsul: Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul**, Florianópolis, 2004. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/CELSUL_VI/index.htm. Acesso em: 7 set. 2020.
- BAGNO, M. **a norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo, Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, M. **Gramática de Bolso do Português Brasileiro**, São Paulo, Parábola Editorial, 2013.
- BARRETO, S. M. C. A imprensa periódica no Espírito Santo. *In: BRITTES, J. J. (Org.). Apectos Históricos da Imprensa Capixaba*. Vitória: Edufes, 2010, p. 45-61.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática portuguesa**, São Paulo, Ed. Nacional, 2005.
- BELL, A. **Language Style as Audience Design**. *Language in Society*, 1984
- BELL, A. **The language of news media**. Oxford: Blackwell. pp. 84-85, 1991.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Manual de Sociolinguística**. Editora Contexto: São Paulo, 2014.
- BULHÕES, M. M. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo, Ática, 2007.
- BRESSER, D. O povo acusa – a imagem dos telejornalistas. *In: Imprensa*. São Paulo, ano IX, n. 106, p. 24-28, jun. 1996.
- CASIMIRO, S. **Um panorama da Sociolinguística: da abordagem variacionista aos estudos de estilo**. **Web Revista Sociodiaeto** [eletrônica], v. 9, nº 26, p. 522-444, 2018. Disponível em: <http://sociodiaeto.com.br/index.php/sociodiaeto/article/view/111>, acesso em: 19 de Fev. de 2020.
- CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do Português Brasileiro**. São Paulo, Contexto, 2019.

Como o Telejornalismo local se aproxima de seu público? – Entrevistas PARTE I. Oliveira Filho, J. T. Belo Horizonte: Núcleo de jornalismo e Audiovisual, 2018. 9.42 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dVG2Qm5PSPk>. Acesso em 12 de fev. de 2020.

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2014.

COUTINHO, I. M. S; PEREIRA, R.V.V. A queda da bancada e as mudanças na cena de apresentação: em busca da identidade e aproximação com o telespectador. **XXIII Encontro Anual de Compós**, Universidade Federal da Bahia, Jun. 2013, p. 1-17.

Conheça a história de 40 anos da TV Gazeta no Espírito Santo. Rede Gazeta, Vitória, 18 de set. de 2018. Disponível em: < <https://www.redegazeta.com.br/conheca-a-historia-de-40-anos-da-tv-gazeta-no-espírito-santo-2/>>. Acesso em: 10 de fev. de 2020.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

ECKERT, P. **Jocks and burnouts: social categories and identity in the high school**. New York: Teachers College Press, 1989.

_____. **Linguistic variation as social practice**. Oxford: Blackwell, 2000.

_____. Three waves of variation study: the emergency of meaning in the study of variation. **Annual Review of anthropology**, v. 41, 2012.

_____. **Variação, convenção e significado social**. Paper Presented at the Annual Meeting of the Linguistic Society of America. Oakland CA. Jan. 7, 2005.

FOEGER, Camila Candeias. **A primeira pessoas do plural no Português falado em Santa Leopoldina/ES**. Dissertação de Mestrado. Ufes: 2014.

FRANCHI, C. **Mas o que é mesmo “Gramática”?** São Paulo, Parábola Editorial, 2006.

FREITAG, M. K.; MARTINS, M. A; TAVARES, M. A. Bancos de dados sociolinguísticos do Português Brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. **Alfa**: São Paulo, v. 56, n. 3, p. 914-944, 2012.

GOMES, L. **1808: História do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

GUMPERZ, J. J.; COOK-JUMPERZ, J. Studying language, culture and society: Sociolinguistics or linguistics anthropology? In: **Journal of Sociolinguistics**, v. 12, n. 4, California, 2008, pp. 532-545.

GUY G.; ZILLES, A. **Sociolinguística Quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo, Parábola Editorial, 2007.

HORA, D. da; WETZELS, L. A variação linguística e as restrições estilísticas. **Revista da Abralin**, São Paulo, v. Eletrônico, n. Especial, p. 147-188, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/32349>. Acesso em: 26 maio 2019.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

_____. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia, Pennsylvania University Press, 1975.

_____. **The Social stratification of English IN New York City**. Washington. D.C.:View, 1966, p. 4-22.

LIMA, F. B. Nossas câmeras são os seus olhos. In: _____; PRIOLLI, G.; MACHADO, A. **Televisão & vídeo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 7-16.

LINDEMBERG, L. A Gazeta. In: BRITTES, J. J. (Org.). **Apectos Históricos da Imprensa Capixaba**. Vitória: Edufes, 2010, p. 123-130.

_____. Conversando com. Vitória, **Revista Hype**, 23 de set., de 2019. Entrevista concedida a Betty Feliz. Disponível em: <https://revistahype.com.br/leticia-lindenberg/>. Acesso em: 10 de fev. de 2020.

LOBO, L. Isso é informar? **Jornal da tarde**, 15 jan. 1969.

LOPES, C. R. dos S. **A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português**. Madrid: Iberoamecicana, 2003.

LOPES, C. R. dos S.. A Gramaticalização de A Gente em Português em Tempo Real de Longa e de Curta Duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 47-80, jul. 2004.

LOPES, C. R. dos. S. O quadro dos pronomes pessoais: descompasso entre pesquisa e ensino. **Matraga**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 30, p. 116-141, 2012.

LUTOSA, I. **O Nascimento da Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

- MATA, J. **Um telejornal para chamar de seu: identidades, representação e inserção popular no telejornalismo local.** Florianópolis: Insular, 2013.
- MAIA, A. S. C. O telejornalismo no Brasil na atualidade: em busca do telespectador. **XVI Congresso de Ciência da Computação na Região Sudeste**, São Paulo, mai., 2011,
- MANGABEIRA, A. B. A. **Variação na concordância nominal, prática social e identidade entre jovens e adultos do Centro do Trabalho (Porto Alegre -RS).** 2016, 319 f. Dissertação de Mestrado. UFRS: 2016.
- MATTEDI, J. C. A Imprensa Capixaba no século XIX. *In:* BRITTES, J. J. (Org.). **Apectos Históricos da Imprensa Capixaba.** Vitória: Edufes, 2010, p. 24-43.
- MATINUZZO, J. A. A televisão no Espírito Santo – trajetória histórica e conexões socioeconômicas e políticas do modelo. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM).** Teresina, v. 1, n. 2, p. 21-30, 2012.
- MATTOS, S. **A evolução Histórica da Televisão Brasileira.** *In:* VIZEU, A; PORCELLA, F.; COUTINHO, I (Orgs). 60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica. Florianópolis: Insular, 2010, p. 23-56.
- MATTOS, S. E. R. **Goiás na primeira pessoa do plural.** 2013. 137 f., il. Tese (Doutorado em Linguística)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- MENDONÇA, A. K. **Nós e a gente na fala de Vitória:** análise sociolinguística da fala capixaba. Dissertação de Mestrado. Ufes: 2010.
- MESQUITA, Giovana Borges. **Intervenho, Logo Existo:** a Audiência Potente e as Novas Relações no Jornalismo. Tese de doutorado para o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, 2014.
- MILROY, L. **Language and social networks.** Oxford: Blackwell, 1980.
- MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. *In:* MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L (Orgs). **Introdução à Sociolinguística:** o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2013, p. 9-14.
- MOREIRA, M. E. O. Sequências discursivas: mecanismos para a busca de propósitos comunicativos dos gêneros textuais. *In:* SOUSA, M. M. F. et al, (org.). **Gêneros:** do texto ao dscurso. 1. ed. Campinas: Pontes, 2018. p. 243-263.

- NARO, A. Modelos Quantitativos e Tratamento Estatístico. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, L. B. **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____; LEMLE, Miriam. Syntatic diffusion. In: STEEVER, Sandord B. et alii (Eds.) **Papers from the parasession on Diachronic Syntax**. Chicago: Chicago Linguistic Society, p.221- 241, 1976.
- NEVES, M. H. de M. **Uma Visão Geral da Gramática Funcional**. Alfa, Araraquara, p. 109-127, jan. 1994.
- OMENA, N. P. **Projeto subsídios sociolinguísticos do projeto censo à educação**. Vol. II. Relatório Final apresentado ao FINEP, out/1986.
- _____. **Referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança?** In.: PAIVA, M. C.; DUARTE, E. L. (Orgs). *Mudança em tempo Real*. Rio de Janeiro: Capa Livraria, 2003, p.63-80.
- PAIVA, M. C. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L (Orgs). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 33-42.
- PEREIRA, R. V. V. **A queda da bancada e as mudanças de apresentação dos telejornais: em busca da identidade e aproximação com o público telespectador - uma análise do MGTV primeira edição**. 2013. 233f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.
- REZENDE, G. J. de. 60 anos de jornalismo na TV brasileira. In: VIZEU, A; PORCELLA, F.; COUTINHO, I (Orgs). *60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica*. Florianópolis: Insular, 2010, p. 57-81.
- SAID ALI, M. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**, 5ª ed., São Paulo, Edições Melhoramentos, 1971.
- SANTOS, A. M. B dos. O sujeito pronominal de 3ª pessoa no português culto do Rio de Janeiro: um estudo em tempo real. São Paulo, **Delta**, v. 25, n. 1, p. 67-97, 2009.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. **Goldvarb X: variable rule application for Macintosh and Windows**. Toronto: University Of Toronto, 2005.
- SCHERRE, M. M. P. Sobre a influência das variáveis sociais na concordância nominal. In.: OLIVEIRA E SILVA, G. M. e SCHERRE, M. M . P. **Padrões Sociolinguísticos: análises de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 239-264.

SCHERRE, M. M. P .da; YACOVENCO, L. C. A variação linguística e o papel dos fatores sociais: o gênero do falante em foco. *Revista Abralín*, Curitiba, V. 10, n. 3, p. 121-146, 2011.

SCHERRE, M. M. P; YACOVENCO, L.C.; NARO, A. J. Nós e a gente no português brasileiro: concordâncias e discordâncias. **Estudos Linguísticos Galega**, Santiago de Compostella, v. ESPECIAL I, p. 13 - 27, 2018.

SCHERRE, M. M. P; NARO, L.C; YACOVENCO, L. C. Nós e a gente em quatro amostras do Português Brasileiro: revisitando a escala de Saliência Fônica. Rio de Janeiro: **Diadorim**. v. 20, p. 428-457, 2018.

SILVA, I. de. **De Quem Nós/A Gente Está(Mos) Falando Afinal?:** uma investigação sincrônica da variação entre nós e a gente como estratégias de designação referencial. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) - UFF, Florianópolis, 2004.

SILVA, M. P. da. **A Inserção de *a gente* na linguagem jornalística de zero Hora.** Dissertação de Mestrado. UFP: 2013.

VEJA. O país numa rede. **Veja**. Setembro de 1969, p. 68.

VIZEU, Alfredo. **O lado oculto do telejornalismo.** Florianópolis, Calandra, 2005.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M.I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** Parábola Editorial: São Paulo, 2006.